

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	16
5.4 - Programa de Integridade	25
5.5 - Alterações significativas	34
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	35

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	36
10.2 - Resultado operacional e financeiro	57
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	60
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	61
10.5 - Políticas contábeis críticas	62
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	65
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	68
10.8 - Plano de Negócios	70
10.9 - Outros fatores com influência relevante	73

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gestão de Riscos Empresariais para garantir o fortalecimento de gestão de riscos. A política foi criada em 2015, teve sua revisão no início de 2018 e aprovação pelo Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia em 24 de abril de 2018.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos Empresariais é promover a identificação, análise, mitigação e remediação de riscos relacionados à atividade empresarial da Companhia. A Companhia entende e aplica a gestão de riscos empresariais como ferramenta essencial para o êxito em nossos objetivos empresariais.

A estratégia da Política de Gestão de Riscos Empresariais é estabelecer um arcabouço flexível de conceitos e processos que distribuam as responsabilidades por identificar, analisar, mitigar e remediar riscos para os órgãos e instâncias da Companhia mais adequados para sua execução. Adicionalmente, a Política de Gestão de Riscos Empresariais estipula instâncias de coordenação, supervisão e avaliação constantes que perpassam as unidades de negócios e as regiões geográficas de atuação da Companhia.

A gestão de riscos busca, ainda, assegurar que os riscos inerentes aos negócios da Companhia sejam identificados, priorizados, avaliados e mitigados em um nível aceitável (tolerância).

A estrutura de controles internos é continuamente atualizada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias. Além disso, as áreas potenciais de conflitos de interesse são identificadas e os riscos associados são minimizados por meio da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.

A gestão de riscos é também importante para que todos os níveis hierárquicos compreendam claramente os objetivos do processo, os papéis, as funções e as responsabilidades quanto a esse tema atribuídas aos diversos níveis da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Embraer busca se proteger dos riscos inerentes à sua atividade empresarial, que abrangem todos os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência. A Companhia classifica estes riscos em: riscos financeiros, regulamentares, operacionais ou estratégicos, de acordo com o tipo de evento.

- (i) Uma desaceleração no segmento de linhas aéreas comerciais poderá reduzir nossas vendas e receitas e, conseqüentemente, nossa lucratividade em determinado exercício.
- (ii) A redução dos financiamentos aos nossos clientes ou o aumento dos financiamentos disponibilizados por governos em benefício de nossos concorrentes pode reduzir a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

competitividade de custo de nossas aeronaves.

- (iii) Podemos nos deparar com uma série de desafios em decorrência do desenvolvimento de novos produtos, e de uma possível busca de oportunidades de crescimento estratégico.
- (iv) Podemos ser obrigados a reembolsar contribuições em dinheiro, relacionadas com a produção ou desenvolvimento dos nossos aviões, se determinadas metas de produção não forem alcançadas.
- (v) Desenvolvimentos econômicos e percepções de risco pelos investidores em outros países, tanto em países desenvolvidos quanto emergentes, podem afetar de forma negativa a cotação dos valores mobiliários brasileiros, incluindo nossas ações ordinárias e ADSs.
- (vi) Dependemos de clientes e fornecedores estratégicos e a perda destes pode prejudicar nosso negócio.
- (vii) Nossas vendas de aeronaves estão sujeitas a disposições de cancelamento que podem reduzir nossos fluxos de caixa.
- (viii) Algumas de nossas receitas provenientes de vendas de aeronaves estão sujeitas a garantias financeiras e de valor residual, bem como a opções de troca que podem exigir desembolsos expressivos de caixa no futuro.
- (ix) As restrições impostas pela cláusula de limitação (*Scope Clause*) nos contratos dos pilotos das companhias aéreas podem limitar a procura por jatos regionais e de capacidade média no mercado americano.
- (x) Qualquer acidente ou evento catastrófico envolvendo nossas aeronaves pode nos afetar adversamente.
- (xi) O governo brasileiro tem poder de veto sobre a nossa mudança de controle corporativo, marca comercial ou objeto social e sobre a criação ou alteração de programas de defesa e segurança, e seus interesses podem entrar em conflito com os interesses dos titulares de nossas ações ordinárias ou de ADSs.
- (xii) Estamos sujeitos à certificação rigorosa e requisitos normativos, que podem nos afetar adversamente.

A Companhia busca mitigar ou controlar estes riscos de diversas formas, inclusive mediante a aquisição de contratos de transferência de tais riscos (por exemplo, apólices de seguro, garantias contratuais, derivativos e outros instrumentos negociais), desde que a análise de custo e benefício justifique a contratação da proteção para a transferência do risco.

Para os riscos que não são transferidos, as áreas de negócios monitoram e definem planos de ação para mitigar as exposições ou até mesmo reduzir a magnitude dos riscos.

Os riscos da Companhia são monitorados periodicamente e cada risco possui seus respectivos planos de mitigação, cuja finalidade é reduzir a exposição da Companhia e/ou a não efetivação do risco. Os planos de mitigação contemplam o monitoramento através de indicadores-chave de risco (*key risk indicators*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os riscos financeiros, regulamentares, operacionais ou estratégicos se subdividem na proporção abaixo indicada.



(*) Dados baseados no fechamento de 2017.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os riscos internos ou externos, relacionados aos objetivos estratégicos da Embraer, são mapeados e monitorados pelos órgãos e instâncias competentes da administração para assegurar que, se tais riscos vierem a se materializar, as consequências serão conhecidas e geridas em um nível aceitável.

Dada a variedade de tipos de riscos empresariais geridos pela Política de Gestão de Riscos Empresariais, os instrumentos de mitigação ou controle variam e incluem:

- (1) O monitoramento constante de tendências econômicas, comerciais e setoriais para antever e planejar para eventuais alterações na demanda por nossos produtos, nas preferências de nossos clientes, na composição da demanda por nossos produtos, no número e ritmo de cancelamentos de pedidos de aeronaves, e em outras variáveis de mercado que afetem o grau e as particularidades da demanda por nossos produtos.
- (2) A gestão ativa de nossa alocação de recursos produtivos, de nossa composição e características de nossos produtos, e de nosso desenvolvimento de novos clientes e mercados para nossos produtos.
- (3) O monitoramento constante de nossas relações com financiadores, investidores, fornecedores e outras contrapartes para antever e planejar para eventuais alterações na disponibilidade de recursos, insumos e outros pressupostos de nossas atividades.
- (4) A gestão ativa de relacionamentos com fornecedores para minorar relações de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

dependência e evitar outras formas de falha no suprimento de nossas demandas.

- (5) O desenho e padronização de nossas políticas de contratação para alinhar nossas relações contratuais com nossos objetivos empresariais e tornar previsíveis obrigações em nossos contratos mais comuns.
- (6) A redução dos custos operacionais, por meio do Programa de Excelência Empresarial Embraer (P3E), Programa de transformação nomeado *Passion for Excellence*. e Macro Projeto Longevidade dos E-Jets.
- (7) A busca de cooperações tecnológicas com entidades que lideram a evolução de tecnologias de produtos e serviços para garantir a competitividade com riscos controlados.
- (8) A prática de desenvolver e não ter dependência de fornecedores (por exemplo: *sole source* ou *single source*) ao longo de sua cadeia de suprimentos, ou de categorias de clientes (por exemplo, a Embraer busca clientes nos cinco continentes).
- (9) O monitoramento da situação financeira de nossos clientes.
- (10) O monitoramento da competitividade dos nossos produtos perante os concorrentes.
- (11) Monitoramento periódico das negociações de *scope clause* nas companhias áreas.
- (12) A manutenção de equipe dedicada à gestão de crise de produto e operações, que acompanha quaisquer acidentes ou incidentes.

(iii) Estrutura Organizacional de gerenciamento de riscos

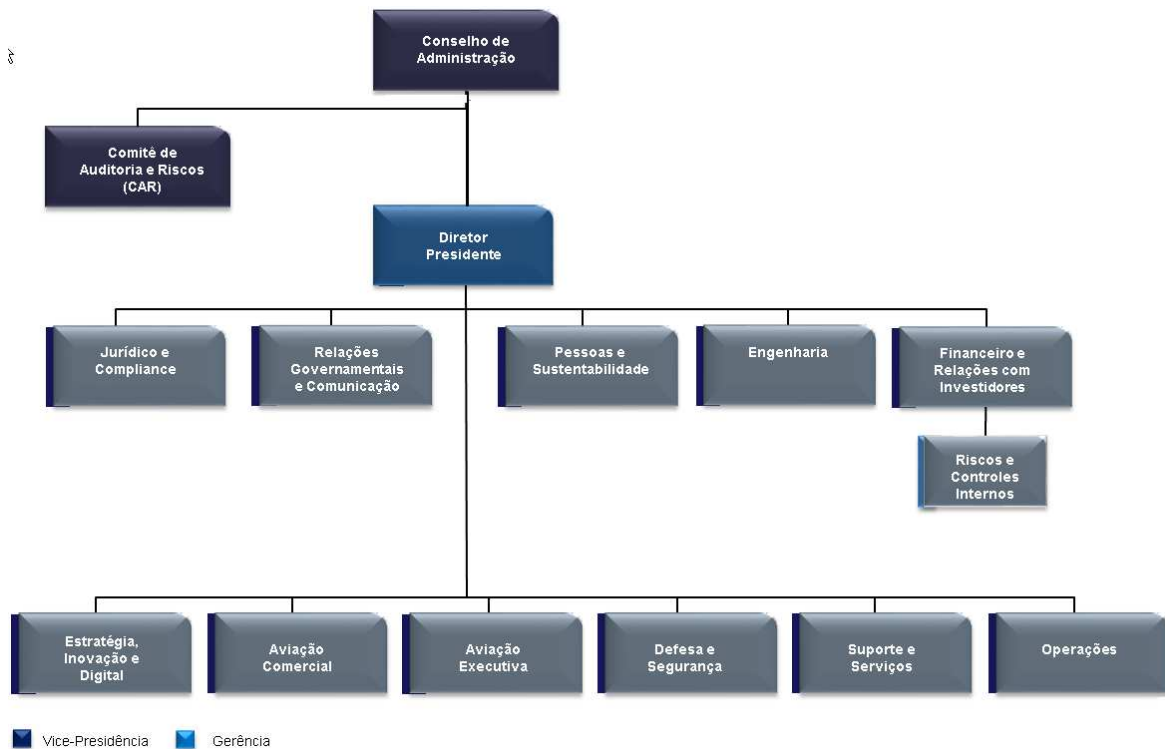
A Companhia possui uma estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos integrada entre os diversos órgãos da administração e comitês da Companhia. A Companhia acredita que essa estrutura integrada aumenta a capacidade da administração de identificar, avaliar, mitigar e controlar os riscos associados ao negócio. A gestão de riscos é feita à luz da Política de Gestão de Riscos Empresariais e do *framework Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") – 2013* e *Enterprise Risk Management (ERM) - Integrated Framework (2004)*.

A área de Riscos e Controles Internos tem por responsabilidade fomentar, apoiar e alinhar, juntamente com as áreas de negócios, análises periódicas dos riscos que refletem de maneira estruturada as visões empresariais dos executivos em relação aos principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas, processos de negócio e características da Embraer, obtidas com base em entrevistas realizadas com a alta administração, revisões periódicas dos riscos, questionários, reuniões de acompanhamento de planos de ação, bem como o endereçamento de ações, validações e avaliações efetuadas pela Administração, sendo reportados ao Conselho de Administração e seus comitês, quando solicitado.

A estrutura organizacional de gestão de riscos da Companhia abrange os órgãos representados esquematicamente abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A partir da estrutura de relações de supervisão e coordenação acima, cada órgão assume responsabilidades específicas conforme a seguinte alocação:



Conselho de Administração (CA)

Identificação, supervisão e acompanhamento dos riscos a que a Companhia estiver exposta, sejam de natureza financeira, legal, fiscal, operacional, comercial ou outras.

Comitê de Auditoria e Riscos (CAR)

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos (comitê de auditoria estatutário, na condição de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, composto exclusivamente por conselheiros independentes):

- Acompanhar e avaliar os riscos empresariais, de natureza operacional, mercadológica, de imagem, de governança corporativa, financeira ou legal dos mercados administrados pela Companhia, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;
- Avaliar a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados no item acima, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados;
- Analisar e opinar sobre as diretrizes e Política de Gestão de Riscos Empresariais, principalmente na estimativa do impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Analisar e opinar sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange ao perfil e controle de risco da Companhia;
- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da organização;
- O Comitê também exercerá as funções de (i) Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o *Sarbanes-Oxley Act*, e de (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução da CVM nº 308/1999; e
- Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, podendo, inclusive, requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos.

Diretorias Executivas (Vice-Presidências)

- Aprovar os documentos-chave;
- Acompanhar os indicadores de riscos;
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados.
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas;
- Aprovar normas, grau de apetite a riscos específicos de suas respectivas áreas;
- Gerenciar os riscos inerentes as suas atividades (identificar, avaliar e tratar); e
- Informar à área de Gestão de Riscos e Controles Internos novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

Gerência de Riscos e Controles Internos

- Coordenar e definir os padrões referentes aos processos de gestão integrada de riscos;
- Apoiar e garantir a identificação e o monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de ação;
- Realizar a consolidação dos riscos e controles internos;
- Reportar periódica e formalmente à Administração da Companhia, quando solicitado;
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos para a Companhia;
- Avaliar o impacto de mudanças internas e/ou externas que possam ter consequências relacionadas aos controles internos;
- Manter documentações relacionadas aos controles internos (fluxos, matrizes de riscos e controles, etc.);
- Avaliar a estrutura de controles internos de modo que permita a garantia dos processos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Realizar testes do ambiente de controles internos, tendo como base os descritivos das atividades de controles praticados pelas áreas de negócio responsáveis, de acordo com os critérios de amostragem estabelecidos; e
- Comunicar, em tempo hábil, os resultados dos testes de controles para o Comitê de Auditoria e Riscos e as áreas responsáveis pelos controles.

Os riscos empresariais da Embraer são identificados, analisados, tratados e monitorados por cada Diretoria Executiva, juntamente com os respectivos responsáveis operacionais. As reuniões de acompanhamento dos riscos, atualizações dos planos de mitigação, elaborados para mitigar e/ou reduzir a exposição aos riscos, juntamente com os indicadores (KRI – *Key Risk Indicators*) de acompanhamento de cada risco, ocorrem minimamente a cada semestre.

Adicionalmente, a área de Riscos e Controles Internos trabalha de forma colaborativa com a área de Auditoria Interna e *Compliance* para alinhar os riscos, planos de ação e evitar sobreposições de atividades.

A Companhia continuamente aperfeiçoa as atividades de gestão de riscos de forma a buscar as melhores práticas de mercado. Neste momento não há visão de mudanças significativas no negócio.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos Empresariais é adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

A Companhia possui e segue uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gestão Financeira") que requer a diversificação das transações e das contrapartes, visando a delimitar os riscos associados às operações financeiras, bem como as diretrizes operacionais relacionadas a tais operações financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes. A Política de Gestão Financeira foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2009.

A política de gerenciamento de risco faz parte da Política de Gestão Financeira e prevê o acompanhamento de suas operações pelo Comitê de Gestão Financeira. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia e quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da Política de Gestão Financeira, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, com propósito de mitigar suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros e de câmbio.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**(i) Riscos de Mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os riscos de mercado inerentes aos investimentos financeiros e as operações de derivativos, que incluem (i) risco de taxa de juros, (ii) risco de taxa de câmbio, (iii) risco de crédito e (iv) risco de liquidez.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

As operações financeiras com a finalidade de proteção contra movimentos adversos de taxa de juros, câmbio ou outros índices, taxas e preços de mercado, também denominadas de *Hedge*, deverão ser contratadas exclusivamente para garantir os resultados econômicos financeiros previstos no Plano de Ação da Companhia em vigor na data da contratação, particularmente no que tange a possíveis impactos no fluxo de caixa e nas margens, não devendo conter componentes especulativos ou de alavancagem.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações de *Hedge* visam, principalmente, a proteger a Companhia em relação à:

- Perdas relacionadas à variação ou descasamento das taxas de juros, bem como à variação ou descasamento dos recebimentos e pagamentos em diferentes moedas;
- Perdas relacionadas à variação, descasamento e limites nos índices de correção dos contratos de fornecimento de insumos vis-à-vis os reajustes previstos nos contratos de vendas de aeronave.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos utilizados pela Companhia para proteção patrimonial têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia se utilizava de instrumentos financeiros derivativos tais como *swap* e opção de compra de taxa de juros, opção de compra e venda de moeda e *non-deliverable forward* (NDF).

Os *swaps* são contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas a taxas flutuantes para taxas de juros fixas ou vice-versa, bem como para troca de Dólar para o Real ou vice-versa e troca de Euro para Dólar ou vice-versa, conforme necessidade de proteção das operações de acordo com a avaliação da Companhia. Estes instrumentos financeiros derivativos também são contratados com o objetivo de trocar o indexador de investimentos a taxas de juros pré-fixadas para taxas de juros flutuantes. Os valores justos destes instrumentos são avaliados pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais até o vencimento, e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes.

As operações com opções de compra e venda de moeda tem como objetivo proteger os fluxos de caixa referentes às despesas de salários da Companhia (não considerando subsidiárias e controladas), denominadas em Reais contra o risco de variação cambial. O instrumento financeiro utilizado pela Companhia nesta operação é o *zero-cost collar*, que consiste na compra de uma opção de venda PUT e na venda de uma opção de compra CALL, contratados com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. O valor justo deste instrumento é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações de mercado) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares. Quando a taxa de fechamento do Dólar se encontrar entre os valores de exercício da PUT e da CALL, o valor justo reconhecido refletirá o valor extrínseco da opção, ou seja, o valor que está diretamente ligado ao tempo que falta para a maturidade, ou a expectativa de atingir o preço de exercício da opção.

As operações de *non-deliverable forward* são contratadas com o objetivo de proteger a Companhia contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio. O valor justo é determinado por modelo de precificação de mercado observável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum contrato derivativo sujeito a chamada de margem.

Outras Informações estão descritas no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os riscos gerenciados são, principalmente, associados a (i) mercado, (ii) taxas de juros, (iii) taxas de câmbio, (iv) crédito, especialmente às operações de tesouraria e a crédito de clientes, e (iii) liquidez, devendo ser identificados, acompanhados e mitigados.

Em casos de desenquadramento, a Companhia deve tomar as ações necessárias para adequação conforme as regras estabelecidas na Política de Gestão Financeira.

A seguir são descritos os parâmetros utilizados para verificar a exposição da Companhia em relação ao cada um dos riscos destacados no item 4.2 deste Formulário de Referência.

Riscos de Mercado

Semanalmente são efetuados os cálculos de VAR e Stress Test referente a carteira consolidada (todos os ativos e passivos monetários) e a carteira Onshore separadamente (ativos líquidos).

Os limites da carteira consolidada para VAR e Stress Test são definidos pela Política de Gestão Financeira, utilizando um percentual do Patrimônio Líquido da Embraer.

Os limites da Carteira de ativos líquidos (Onshore) também são definidos pela Política de Gestão Financeira, utilizando percentuais da taxa meta (*benchmark*).

Risco de Taxa de Juros

Os principais itens que são influenciados pela variação na Taxa de Juros são:

Caixa, Equivalentes de Caixa, Instrumentos Financeiros e Títulos e Valores Mobiliários (Ativo):

Como parte da política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente aos investimentos financeiros, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método "Value-at-Risk (VAR)", que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade dessas aplicações. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito da marcação a mercado dos ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil e no exterior.

A análise do modelo tem o propósito de manter a liquidez de curto prazo do caixa da Companhia, através de limites pré-definidos de horizonte de análise, intervalo de confiança de 95% e limite de variação do CDI, além do limite de Stress estabelecido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Empréstimos e Financiamentos (Passivo): A Companhia tem contratado operações financeiras de derivativos (*Swaps*) para proteger contra o risco de flutuação nas taxas de juros em algumas operações e, também, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade na taxa de juros.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas, adotada pela Companhia, está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse *hedge* natural efetivamente se materialize.

Em casos de desenquadramento entre o montante de ativo e passivo, a Companhia deve tomar as ações necessárias para adequação para minimizar o risco cambial sobre os direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a Companhia pode contratar operações com instrumentos derivativos, como por exemplo, mas não limitado, *Swaps*, *Opções Cambiais* e *Non-Deliverable Forward*.

Risco de Crédito

Investimentos Financeiros:

Os limites de crédito por instituição são definidos considerando o porte e o *rating* de classificação de risco de crédito das instituições.

O porte pode ser pequeno, médio ou grande e é definido pelo tamanho do Patrimônio Líquido da instituição. Os *ratings* são atribuídos por agências de primeira linha e combinados com o porte do banco para determinar o valor do limite de crédito.

Como forma de monitoramento, diariamente os limites gerados são comparados com o volume de recursos investido em cada instituição e as áreas responsáveis são informadas.

Para os casos de desenquadramento, a Companhia deve tomar as ações necessárias para a regularização imediata, através da realocação do caixa para uma instituição financeira, e que se adeque conforme os limites estabelecidos pela Política de Gestão Financeira.

Clientes

(i) Financiamentos e Garantias:

A Companhia possui um portfólio de clientes para os quais foi concedido financiamento, garantia financeira ou feita venda a termo, com decorrente geração de exposição ao respectivo risco de crédito. A Companhia monitora, periodicamente, este risco de crédito em consideração as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

respectivas notas de classificação de risco (*rating*), oriundas de agência de classificação de risco de crédito de primeira linha, que retratam determinado percentual de probabilidade de perda. No caso de eventual mudança significativa de *rating*, as áreas envolvidas nas atividades de concessão e/ou monitoramento de financiamentos, garantias financeiras ou vendas a termo são, devidamente, comunicadas e a respectiva exposição financeira do cliente é revista. Será ainda considerada a necessidade de realização de alteração de valores provisionados como perda potencial no Balanço Patrimonial da Companhia.

(ii) Contas a receber:

Operacionalmente, a área de Contas a Receber da Companhia, realiza a análise diária dos seus clientes, de modo a garantir que o índice de inadimplência relacionado à venda de aeronaves e peças e serviços não extrapole o nível de exposição ao risco aceito pela Companhia, e, também, efetua a cobrança ativa dos clientes que podem, de alguma forma, representar um risco.

O índice de inadimplência, que é parte da Política de Contas a Receber da Companhia, é monitorado pela área de Controles Internos, pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pela Auditoria Interna. O controle de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, busca verificar se os procedimentos e o método de cálculo societário para a Embraer e Subsidiárias estão em acordo com a Norma Internacional Contábil IFRS 09, garantindo assim que o saldo devedor consolidado de qualquer cliente não deve exceder certos limites relacionados a receita líquida e patrimônio líquido da Companhia. Esse controle é executado mensalmente e considera tanto a forma geral de cálculo definida pela Companhia, como também para clientes específicos.

Risco de Liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em Reais e em moedas estrangeiras, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, o que permite que possíveis descasamentos sejam detectados com antecedência de forma a permitir adoção de medidas para mitigação de riscos e minimizar custos financeiros, como por exemplo, a emissão de novas dívidas, revisão de investimentos, etc.

(v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não utilizamos instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos integrada entre os diversos órgãos da administração e comitês da Companhia. A Companhia acredita que essa estrutura integrada permite incrementar a habilidade da administração para

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

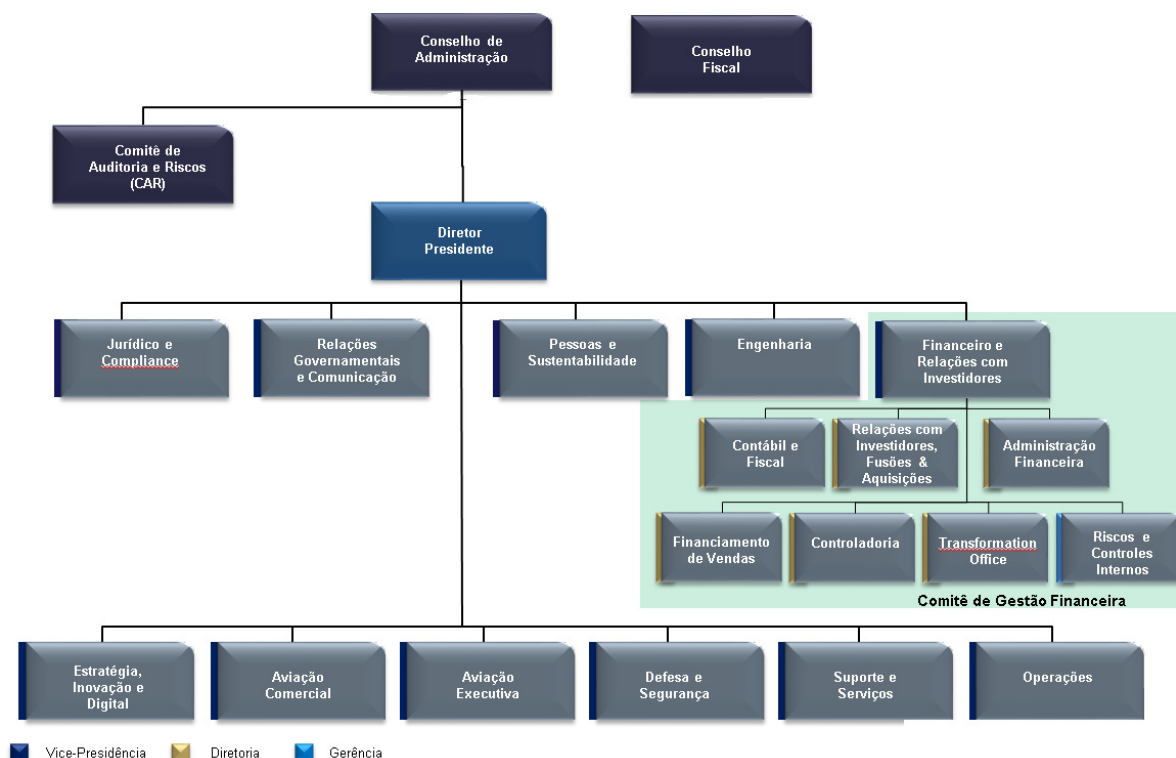
avaliar os riscos associados ao negócio mediante o exercício de suas atribuições.

Além disso, a Companhia vem implementando em seus controles internos os padrões e diretrizes emitidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) sobre gerenciamentos de riscos corporativos e fraude para aprimorar a performance e supervisão organizacional e reduzir a extensão das fraudes da Companhia.

O critério preponderante na análise da relação risco versus retorno, de quaisquer ativos ou passivos que irão compor as carteiras de investimentos, deverá ser a rentabilidade, considerando-se eventuais riscos de crédito e de mercado que o instrumento financeiro utilizado possa apresentar.

A Gerência de Riscos e Controles Internos ("GRI") é responsável pela avaliação do risco de mercado consolidado (posição do balanço da Companhia), formado por ativos e passivos monetários que são expostos à variação cambial, precificação (marcação a mercado - MTM) ou taxa de juros, dentre os quais se destacam carteira de investimentos (ativos) e o portfólio de dívidas (passivos), denominados em outras moedas que não seja o Dólar Norte-Americano.

A seguir está descrita a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia:



Na sequência, são detalhadas as responsabilidades específicas de cada área referentes à gestão de riscos de mercado da Companhia:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Conselho de Administração (CA)**

- Aprovar operações que extrapolem os limites estabelecidos na Política de Gestão Financeira;
- Acompanhar os indicadores de riscos; e
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados no gerenciamento de riscos.

Conselho Fiscal (CF)

- Acompanhar os indicadores de riscos; e
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados no gerenciamento de riscos.

Comitê de Auditoria e Riscos (CAR)

- Acompanhar os indicadores de riscos;
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados no gerenciamento de riscos;
- O Comitê também exercerá as funções de (i) Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o *Sarbanes-Oxley Act*, e de (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução da CVM nº 308/1999; e
- Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, podendo, inclusive, requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos.

Diretorias Executivas (Vice-presidências)

- Acompanhar os indicadores de riscos;
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados no gerenciamento de riscos;
- Submeter para apreciação aos órgãos de governança da Companhia, políticas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos;
- Assegurar a aplicação da Política de Gestão Financeira;
- Acompanhar os indicadores de riscos; e
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados no gerenciamento de riscos.

Comitê de Gestão Financeira

- Analisar o relatório de riscos financeiros;
- Acompanhar os limites de crédito dos instrumentos financeiros para investimentos no Brasil e Exterior;
- Avaliar os cenários de mercado (taxa de juros e de câmbio) - procurando identificar e antecipar possíveis impactos nas operações da Companhia e suas consequências no resultado e no fluxo de caixa;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Acompanhar os indicadores econômico-financeiros;
- Acompanhar o portfólio das garantias financeiras;
- Acompanhar o portfólio das operações de financiamento de vendas e garantias de financiamento (*backstop*);
- Avaliar os efeitos das negociações de ajustes de preços (*escalation*) nos contratos de compra e de venda;
- Avaliar os limites estabelecidos nas procurações financeiras outorgadas pela Companhia.

Gerência de Riscos e Controles Internos

- Avaliar o risco de mercado consolidado (posição do balanço da Companhia), formado por ativos e passivos monetários que são expostos à variação cambial, precificação (marcação a mercado - MTM) ou taxa de juros, dentre os quais se destacam carteira de investimentos (ativos) e o portfólio de dívidas (passivos), denominados em outras moedas que não seja o Dólar Norte-Americano.

Estrutura de Controles das Operações Financeiras

A Companhia possui uma gama de controles internos específicos para garantir a acurácia dos registros contábeis relacionados às operações financeiras e a realização do monitoramento dos riscos de volatilidade dos indexadores e risco de crédito das operações. Esses controles abrangem os processos de contratação das operações financeiras, registros contábeis dos valores no sistema ERP, segregação entre curto e longo prazo, segregação por hierarquia de valor justo, quebra de cláusulas de contratos de dívida, realização de mútuos e cálculo de VAR e Stress Test.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Gestão Financeira, do qual a área Riscos e Controles Internos é parte integrante, monitora os status das ações sob sua responsabilidade, de acordo com a periodicidade estipulada na Política de Gestão Financeira.

Em vista das melhores práticas de mercado e *benchmarking* realizados, a Companhia acredita que sua estrutura operacional de gestão de riscos e seus controles internos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência são adequados para garantir a efetividade de sua Política de Gestão Financeira, de sua Política de Gestão de Riscos Empresariais e dos seus objetivos estratégicos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Companhia avalia anualmente seus controles internos com a finalidade de mitigar os riscos financeiros e empresariais aos quais está sujeita, bem como utiliza a avaliação dos controles para atendimento as normas nacionais e internacionais, como a *Sarbanes-Oxley Act* (SOX), de forma a assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

A cada início do ano fiscal, é definido o escopo para avaliação dos controles, através do cálculo da materialidade, avaliação dos riscos e mitigação das deficiências encontradas no ano anterior. Posteriormente, tem-se a fase *walkthrough*, na qual se efetua a avaliação dos riscos e controles com as áreas operacionais e de negócios, a fim de garantir a atualização dos controles e cobertura dos riscos. Finalmente, inicia-se a fase de testes de eficácia e, caso existam controles deficientes, executa-se o re-teste.

Todas as fases do processo de controles internos – desde o planejamento anual, definição da materialidade, escopo, aprovação do escopo de trabalho, alinhamento com auditoria independente, atualização da matriz de controle, documentação das atividades, responsabilidades das áreas funcionais, *walkthrough*, testes de eficácia, potenciais problemas e os resultados finais – são alinhadas previamente entre a área de Riscos e Controles Internos e a auditoria independente, sendo posteriormente apresentadas ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Comitê de Auditoria e Riscos e à Diretoria Executiva.

Para um melhor entendimento das fases acima citadas, abaixo uma breve explicação de cada uma delas e atividades suporte e indicadores:

- Planejamento: Elaborar planejamento, cronograma, plano de trabalho das fases das atividades de Controles Internos e para certificação SOX, coordenando as atividades com as Unidades de Negócio (Brasil e exterior) e auditoria independente visando suprir as necessidades dos auditores na execução dos procedimentos de certificação.
- Determinar Materialidade: Identificar as Contas Contábeis relevantes do balanço anual e demonstrações consolidadas e associá-las aos processos de negócio da Companhia. As áreas de Controles Internos e Contabilidade definem em conjunto.
- Definir e validar escopo Embraer: O objetivo é identificar os riscos na emissão de relatórios financeiros e na divulgação, permitindo que os esforços sejam priorizados e focados. As Contas Contábeis relevantes são avaliadas quantitativa e qualitativamente, selecionadas com base na materialidade. Essa atividade é realizada pelas áreas de Riscos e Controles Internos, com alinhamento com a Contabilidade.
- Aprovação do Comitê de Auditoria e Riscos. O responsável pela área de Controles Internos apresentará, para aprovação do Comitê de Auditoria e Riscos, no início do período de planejamento de cada ano fiscal:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Escopo de contas contábeis (quantitativo);
 - Escopo qualitativo dos riscos dos processos e negócios;
 - Localidades e processos cujos controles internos relevantes terão sua eficácia testada.
- Alinhar escopo com a Auditoria Independente: Como uma forma de alinhar as expectativas, anualmente o escopo definido pela área de Riscos e Controles Internos é alinhado com a Auditoria Independente definindo-se as contas e as Unidades de Negócio a serem tratadas no novo ciclo anual SOX.
- Matriz de Controle: Consolidado de informações referentes aos riscos, objetivos dos controles e controles internos para mitigação dos riscos.
 - Revisar acerca dos riscos, objetivos de controle, atividades de controle, sobre o escopo definido.
 - Mapear a criação ou alteração de controles para atender o escopo e aos objetivos identificados e incluí-los no sistema automatizado de Controles Internos.
- Documentar Atividades de Controle.
 - Descrever as atividades de controle Embraer utilizando o conceito 5W1H.
 - Atualizar as matrizes de controle no sistema automatizado com as informações requeridas: descrição das atividades de controle, área responsável, atividade manual ou automática, preventiva ou detectiva, frequência de execução, etc.
- Áreas Funcionais: As áreas têm a responsabilidade de executar as atividades de controles e documentar no sistema automatizado, conforme descritivos. É de responsabilidade dos executores dos controles manter os descritivos atualizados sobre as atividades de controle, considerando seus processos, documentos, sistemas e estrutura organizacional. Quando a área de Riscos e Controles Internos e/ou auditoria independente identificar eventuais necessidades de melhorias nos controles internos, as áreas devem definir um Plano de ação, com responsáveis e datas para a implementação.
- Walkthrough (revisão e avaliação dos controles): Avaliação do controle, efetuada pela área de Riscos e Controles Internos e/ou pela auditoria independente, para revisar, avaliar e propor melhorias nos controles que mitigam os riscos. As atividades que forem eventualmente consideradas não adequadas deverão ser revistas, de acordo com um plano de remediação recomendado.
- Testes de eficácia dos controles: Testar a eficácia operacional das atividades de controle. O trabalho é efetuado pela área de Riscos e Controles Internos e/ou pela auditoria independente. A documentação gerada pela área de Riscos e Controles Internos é arquivada no sistema automatizado de maneira a permitir sua utilização pelos auditores independentes como parte de seus procedimentos para o trabalho, conforme os critérios de amostragem.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Resultado dos testes de eficácia: Ao término de cada fase de testes, a área de Riscos e Controles Internos comunica, aos responsáveis e superiores o resultado dos testes de eficácia. Essa comunicação contém informações suficientes para permitir que os responsáveis adotem prontamente as ações apropriadas, quando necessário, de acordo com suas funções e responsabilidades definidas. As informações estão contidas nos papéis de trabalho no sistema automatizado. A comunicação é precisa, objetiva, clara, concisa, construtiva, completa e tempestiva.
- Re-testes dos controles internos remediados: Testar a eficácia operacional das atividades de controle remediadas no sistema automatizado, conforme os critérios de amostragem.
- Documentar trabalhos efetuados: Documentar as conclusões e recomendações dos testes / re-testes efetuados no sistema automatizado.
- Avaliação da auditoria independente: Fornece uma avaliação independente do ambiente de controles internos.
- Evento que marca o final do ciclo anual: Arquivamento do *Annual Report Form 20F*, com relatório emitido pela Auditoria Independente e a carta do Diretor-Presidente e Vice-Presidente Financeiro e de Relações com os Investidores.
- Comunicar o resultado da Certificação: Ao término dos testes, a área de Riscos e Controles Internos disponibiliza no sistema automatizado o resultado da Certificação Anual. O resultado da Auditoria Independente é alinhado com a área de Riscos e Controles Internos que também submete para as áreas sobre seus resultados. O Comitê de Auditoria e Riscos é comunicado do resultado, pela área de Controles Internos, quando da realização das reuniões. A comunicação deve ser precisa, objetiva, clara, concisa, construtiva, completa e tempestiva.

Indicadores

- Não conformidades - deficiências nos controles internos: Deficiências comuns: atividades de controles inexistentes ou desatualizadas, execução do controle não tempestivo, ausência de revisão formal, remediações não implementadas e ajuste contábil não adequado.
- Definindo deficiências e pontos fracos: Quando os pontos fortes de uma organização estão de acordo com os fatores críticos de sucesso para satisfazer às oportunidades de mercado, a Companhia será, por certo, competitiva no longo prazo. No entanto, as fraquezas de uma empresa podem levá-la à descontinuidade ou, no mínimo, comprometer objetivos importantes da mesma. Dentro dessa visão administrativa de riscos é que a lei solicita que as fraquezas materiais devam ser objeto de publicação por parte da administração da Companhia.
- **Deficiência leve (OP):** indica uma pequena falha que não é necessariamente uma deficiência de controle, mas que pode gerar uma falha no controle e que tem uma oportunidade de melhoria. Essa deficiência é comunicada ao responsável pelo controle e ao gestor da área.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Deficiência moderada (CD):** indica falha no desenho ou na implementação, uma falha na tempestividade e/ou na geração e armazenamento das evidências de uma atividade de controle, e/ou na eficácia operacional de uma atividade de controle, mas que não tem probabilidade de levar a distorções relevantes nas demonstrações contábeis (inferior à materialidade definida) e também não tem suscetibilidade à perda ou à fraude. Essa deficiência é comunicada ao responsável pelo controle, ao gestor e ao Diretor da área e apresentada ao Comitê de Auditoria e Riscos (CAR) sempre que incluso o assunto na pauta.
- **Deficiência significativa (SD):** indica uma falha no desenho ou na operação de controles internos que afeta adversamente a capacidade de a companhia iniciar, registrar, processar, resumir e reportar dados financeiros e não financeiros precisos. Tem a probabilidade de levar a distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou tem suscetibilidade à perda ou à fraude que pode ter controles mitigatórios que reduzem sua magnitude. Essa deficiência é comunicada ao responsável pelo controle, ao gestor e ao Diretor da área envolvida. Também é comunicada ao Comitê de Auditoria e Riscos o qual acompanha a implementação do plano de remediação, que reporta o andamento dos trabalhos para o Conselho de Administração.
- **Deficiência grave (Fraqueza Material) (MW):** indica uma falha ou combinação de deficiências de controle interno monetário e/ou de nível de entidade que reduz acentuadamente a probabilidade de que a Companhia possa atingir seus objetivos. A presença de uma ou mais insuficiências materiais pode indicar que a estrutura de controles internos não é eficaz. Essa deficiência é comunicada ao Comitê de Auditoria e Riscos o qual acompanha a implementação do plano de remediação e reporta o andamento dos trabalhos para o Conselho de Administração. Também é publicada no Relatório Anual 20F.
- **SAD – Sumário das Deficiências Identificadas:** Acompanhamento, pela área de Controles Internos, das remediações nos controles deficientes com plano de ação, responsáveis e datas de implementação.

Adicionalmente ao exposto acima, as reuniões de alinhamento e acompanhamento são realizadas durante todas as fases, juntamente, com a auditoria externa, com a finalidade de prevenir eventuais não conformidades de controles.

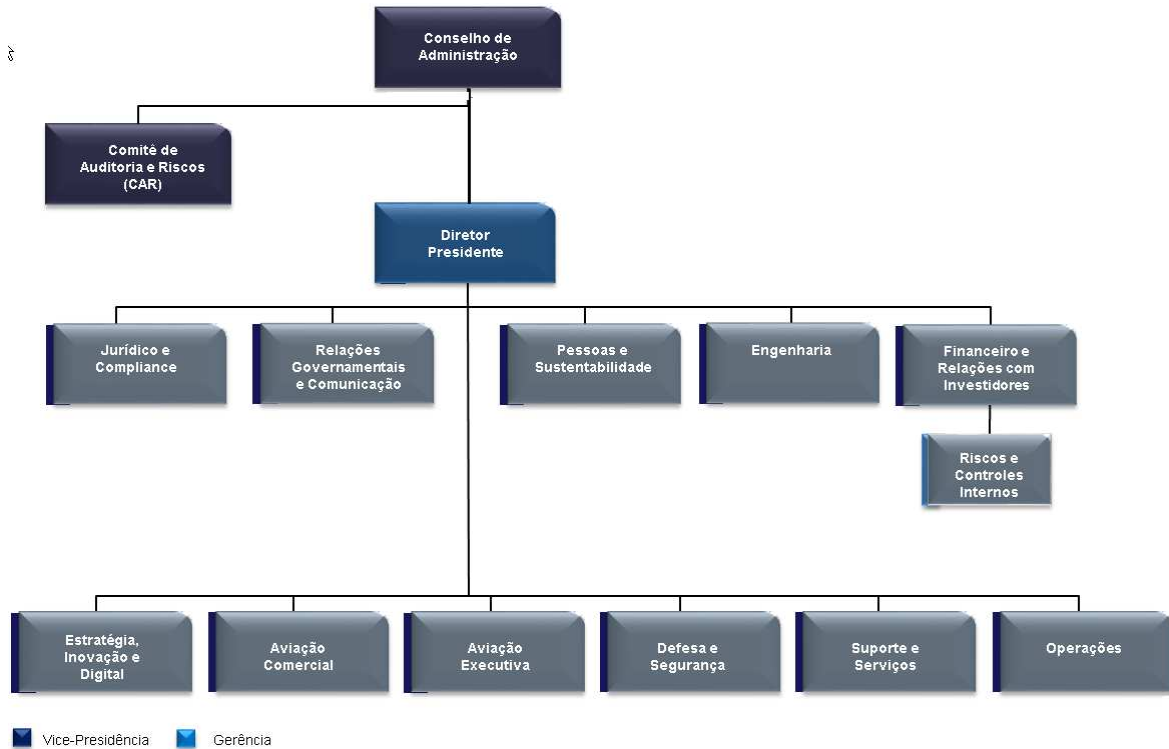
De forma a garantir que as deficiências sejam detectadas durante as avaliações internas e pela auditoria independente, a área de Riscos e Controles Internos utiliza o Programa de Excelência Empresarial (P3E) para apoiar as soluções das deficiências encontradas. É uma prerrogativa para evolução das células de melhoria contínua (P3E) que não existam deficiências sem planos de ação, data e responsáveis.

A área de Riscos e Controles Internos trabalha de forma colaborativa com as áreas de Auditoria Interna e *Compliance* da Embraer com o objetivo de evitar sobreposição de atividades e alinhar os riscos para a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(b) Estruturas Organizacionais Envolvidas

A Companhia possui uma estrutura organizacional de gestão de riscos e os controles internos integrados entre os diversos órgãos da administração e comitês da Companhia. Seguem abaixo os papéis e responsabilidades de cada entidade / área referente à gestão de riscos da empresa.



Conselho de Administração (CA)

Identificação, supervisão e acompanhamento dos riscos a que a Companhia estiver exposta, sejam de natureza financeira, legal, fiscal, operacional, comercial ou outras.

Comitê de Auditoria e Riscos (CAR)

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos (comitê de auditoria estatutário, na condição de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, composto exclusivamente por conselheiros independentes):

- Acompanhar e avaliar os riscos empresariais, de natureza operacional, mercadológica, de imagem, de governança corporativa, financeira ou legal dos mercados administrados pela Companhia, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;
- Avaliar a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados no item acima, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados;
- Analisar e opinar sobre as diretrizes e Política de Gestão de Riscos Empresariais, principalmente na estimativa do impacto financeiro das perdas inesperadas em situação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

normal e de estresse;

- Analisar e opinar sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange ao perfil e controle de risco da Companhia;
- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da organização;
- O Comitê também exercerá as funções de (i) Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o *Sarbanes-Oxley Act*, e de (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução da CVM nº 308/1999; e
- Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, podendo, inclusive, requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos.

Diretorias Executivas (Vice-presidências)

- Aprovar os documentos-chave;
- Acompanhar os indicadores de riscos;
- Avaliar os relatórios e resultados, e prover os direcionamentos apropriados.
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas;
- Aprovar normas, grau de apetite a riscos específicos em suas respectivas áreas;
- Gerenciar os riscos inerentes as suas atividades (identificar, avaliar e tratar); e
- Informar a área de Gestão de Riscos e Controles Internos novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

Gerência de Riscos e Controles Internos

- Coordenar e definir os padrões referentes aos processos de gestão integrada de riscos;
- Apoiar e garantir a identificação e o monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de ação;
- Realizar a consolidação dos riscos e controles internos;
- Reportar periódica e formalmente ao CAR, CA e RD (Reunião de Diretoria), quando solicitado;
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos para a companhia;
- Avaliar o impacto de mudanças internas e/ou externas que possam ter consequências relacionadas aos controles internos;
- Manter documentações relacionadas aos controles internos (fluxos, matrizes de riscos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

controles, etc.);

- Avaliar a estrutura de controles internos de modo que permita a garantia dos processos;
- Realizar testes do ambiente de controles internos, tendo como base os descritivos das atividades de controles praticados pelas áreas de negócio responsáveis, de acordo com os critérios de amostragem estabelecidos; e
- Comunicar, em tempo hábil, os resultados dos testes de controles para o Comitê de Auditoria e Riscos e as áreas responsáveis pelos controles.

Auditoria independente

- Realizar testes do ambiente de controles internos da Organização;
- Fornecer uma avaliação independente do ambiente de controles internos;
- Emitir o parecer final sobre o ambiente de controles internos da Organização.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A gestão da Embraer (Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Supervisores) recebe anualmente o relatório sobre as avaliações dos controles internos da Embraer elaborado pela área de Riscos e Controles Internos. A gestão da Embraer assina uma carta de representação, atestando que observaram os aspectos de controles internos e anticorrupção. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas (em bases mensais) pela área de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e *Compliance*. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") – 2013.

Todos os planos de ação e os resultados dos testes são compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos, assim como as deficiências apontadas. Os controles e procedimentos de divulgação se referem aos controles e outros procedimentos adotados e planejados para assegurar que informações obrigatórias a serem divulgadas nos relatórios arquivados sejam registradas, processadas e comunicadas aos nossos diretores, incluindo nossos principais diretores executivos e financeiros, ou às pessoas com funções semelhantes, conforme adequado para permitir decisões precisas relativas às divulgações.

Os Diretores Executivos são acionados sempre que há uma deficiência nos controles internos, com a finalidade de efetuar o monitoramento e responder aos planos de ação determinados pelas suas respectivas áreas.

Adicionalmente, a cada três meses, a área de Riscos e Controles Internos realiza o reporte de

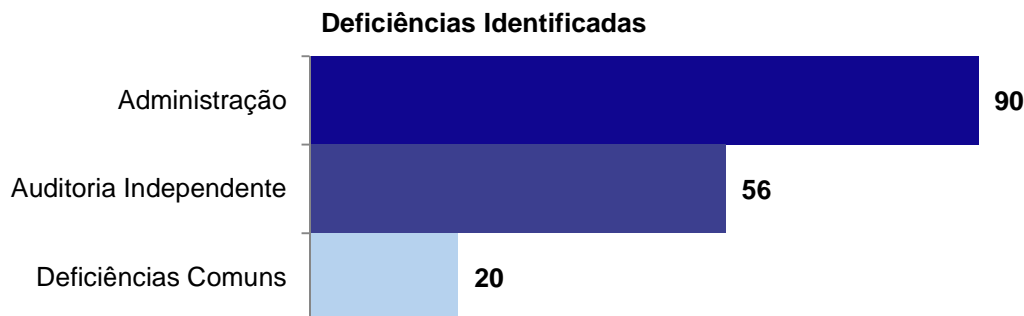
5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

suas atividades, resultados e planos de ação para o Comitê de Auditoria e Riscos, o Conselho Fiscal e, ao menos duas vezes ao ano, para o Conselho de Administração, que por sua vez orientam, supervisionam, avaliam e demandam trabalhos adicionais, quando necessário.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Anualmente, o auditor independente efetua as suas avaliações dos controles internos durante as fases de *walkthrough* e testes de eficácia. A cada fase de testes é emitido um relatório prévio sobre as deficiências e oportunidades de melhorias, destacando-se os impactos e necessidades de ajustes nos controles.

No exercício de 2017, a Administração identificou 90 deficiências e a auditoria independente identificou 56 deficiências, das quais 20 são comuns às identificadas pela administração. Assim, no total (administração e auditoria independente) foram identificadas 126 deficiências conforme mostrado no gráfico a seguir:



O relatório final sobre o ambiente de controles internos, emitido pelo auditor independente para a Embraer, é encaminhado para a área de Riscos e Controles Internos e todas as deficiências e oportunidades de melhoria nos processos são endereçadas e alinhadas com as áreas responsáveis pelos respectivos controles.

Como resultado da avaliação dos auditores independentes sobre os controles internos adotados pela Companhia em 2017, foram apresentadas sugestões de aprimoramento dos controles.

Foi identificada uma Deficiência Significativa (SD) nos controles internos testados em 2017, relacionada ao Ambiente de *Compliance*. Foi efetuado um trabalho dedicado pela auditoria independente, juntamente com a Administração da Embraer, que trouxe ao auditor independente conforto sobre os processos de *Compliance*, porém em 31 de dezembro de 2017 muitas oportunidades de melhoria foram encontradas, o agrupamento destas trouxe a necessidade de atenção da Administração da Companhia. O aprimoramento contínuo dos controles internos a fim de evitar e/ou eliminar deficiências que foram apontadas no relatório do auditor independente são tratadas e acompanhadas pela área de Riscos e Controles Internos através dos planos de ação, juntamente, com as áreas responsáveis pela execução dos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(e) Comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todos os planos de ação e os resultados dos testes são compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos, assim como as deficiências apontadas. Os controles e procedimentos de divulgação se referem aos controles e outros procedimentos adotados e planejados para assegurar que informações obrigatórias a serem divulgadas nos relatórios arquivados sejam registradas, processadas e comunicadas aos nossos diretores, incluindo nossos principais diretores executivos e financeiros, ou às pessoas com funções semelhantes, conforme adequado para permitir decisões precisas relativas às divulgações.

Anualmente, no final do ano fiscal, o relatório de Controles Internos é encaminhado a toda a Diretoria, que contém o resultado dos testes de eficácia, assim como as deficiências encontradas. Os diretores efetuam as avaliações com suas equipes, assim como reportam os planos de ação.

A administração, representada pelos Diretores, discute juntamente com suas equipes, acerca das deficiências apontadas relativas às suas respectivas áreas, com o objetivo de definir os planos de ação. A área de Riscos e Controles Internos é responsável pelo acompanhamento das implementações e avaliação da mitigação dos riscos. Como forma de transparência, é utilizada a Clínica da Qualidade, ferramenta do P3E (Programa de Excelência Empresarial), para que as áreas monitorem seus planos de ação.

Durante o processo de *walkthrough*, a área de Riscos e Controles Internos avalia a implementação dos planos de ação, assim como informa aos auditores independentes as remediações das deficiências, as quais devem ser implementadas dentro do ano fiscal.

A cada três meses, a área de Riscos e Controles Internos realiza o reporte de suas atividades, resultados e planos de ação para o Comitê de Auditoria e Riscos, Conselho Fiscal e, ao menos duas vezes ao ano, para o Conselho de Administração, que por sua vez orientam, supervisionam, avaliam e demandam trabalhos adicionais, quando necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui o Programa de *Compliance* (ou Programa de Integridade) da Embraer que foi criado em Novembro de 2012. Desde sua criação, o programa evoluiu com a revisão e/ou implementação de políticas e procedimentos, bem como a inclusão de controles internos.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que foram elaborados após análise dos riscos a que a Companhia está sujeita. Os riscos de *Compliance* identificados pela Companhia são reavaliados anualmente. As regras, políticas e procedimentos que compõe o nosso Programa de *Compliance* são objeto de revisão periódica, a cada 2 anos, sem prejuízo de revisões em período inferior em decorrência de mudança de lei ou regulamentação aplicável, ou da análise interna dos riscos a que a Companhia está sujeita.

As políticas de *Compliance* vigentes, disponíveis na rede mundial de computadores, foram atualizadas em setembro de 2017 (Política Global Anticorrupção) e dezembro de 2016 (Código de Ética e Conduta).

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Embraer são:

- (1) Divulgação das regras, políticas e procedimentos que compõe o Programa de *Compliance* por meio de treinamentos periódicos dos administradores e funcionários da Companhia, bem como de campanhas de comunicação desenvolvidas e coordenadas pela Área de *Compliance*;
- (2) Disponibilização de canal específico para os funcionários na intranet para envio de dúvidas e questionamentos sobre o Código de Ética e Conduta e outros aspectos do Programa de *Compliance* (Portal de *Compliance*), sendo tais questionamentos respondidos por uma equipe especializada;
- (3) Disponibilização de canal de ouvidoria para funcionários, fornecedores, clientes e consumidores reportarem violações ao Código de Ética e Conduta de negócios e demais políticas da Companhia (*Helpline*);
- (4) Análise prévia e em maior nível de detalhamento, pela Área de *Compliance*, de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

fornecedores e prestadores de serviço que entrarão, ou poderão entrar, em contato com a Administração Pública em nome da Companhia, tais como advogados, consultores e despachantes;

- (5) Análise e validação prévia, pela Área de *Compliance*, para qualquer contratação envolvendo funcionários ou órgãos públicos ou terceiros a ele relacionados;
- (6) Obrigatoriedade de autorização da Área de *Compliance* antes de oferecer, prometer ou dar qualquer bem de valor a funcionário ou órgão público;
- (7) Inclusão de cláusula anticorrupção em todos os contratos, e assinatura, por todos os fornecedores e prestadores de serviço, de termo de condições gerais de contratação, por meio do qual se obrigam a não cometer qualquer ato que possa violar a legislação anticorrupção brasileira e internacional;
- (8) Diligência legal e de *compliance* prévia em operações societárias com foco na detecção de riscos de fraude e corrupção envolvendo a empresa-alvo e seus sócios;
- (9) Diligência legal para todos os fornecedores da Companhia;
- (10) Procedimento de *know your customer* aplicável às potenciais clientes com foco na prevenção à lavagem de dinheiro; e
- (11) Verificação prévia de *Compliance* antes de patrocínios, doações, parcerias comerciais e entidades de classe antes de qualquer contratação.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Governança da Embraer é composta pelo Departamento de *Compliance* que reporta a Vice-Presidente Jurídica e de *Compliance* com linha direta ao Conselho de Auditoria e Riscos ("CAR"), Controles Internos que reporta ao Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e também com acesso direto ao CAR e por fim a Auditoria Interna que reporta diretamente ao CAR.

A estrutura organizacional de integridade da Companhia abrange os órgãos indicados abaixo com suas respectivas atribuições:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Comitê de Auditoria e Riscos (CAR)

O Comitê de Auditoria e Riscos (comitê de auditoria estatutário, na condição de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, composto exclusivamente por conselheiros independentes) é responsável por supervisionar a função de *compliance* da Companhia, em linha com os documentos que regem a Companhia, incluindo o Regulamento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos, incluindo as seguintes atribuições:

- Fornecer orientação, avaliar o desempenho, e recomendar planos de ação relacionados às alegações de alto impacto (conforme definidas no *Helpline* – Canal de Denúncias – Procedimento Corporativo);
- Supervisionar e avaliar as atividades da área responsável pelo *compliance* da Companhia, incluindo a organização, equipe, responsabilidades, planos de trabalho e resultados da atividade de *compliance*.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável por supervisionar e/ou revisar e aprovar determinados terceiros contratados da Embraer.

Os principais deveres da Diretoria Executiva incluem cumprir e assegurar o cumprimento do Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, bem como desempenhar todos os atos dentro do escopo da sua competência necessários para a condução regular dos negócios da Companhia. A Diretoria Executiva também revisa os resultados apurados relacionados à eficácia do Programa Anticorrupção.

Comitê de Pessoal e Governança

O Comitê de Pessoal e Governança é um comitê estatutário e permanente, tendo, dentre outras atividades, o assessoramento ao Conselho de Administração em relação a:

- Estipulação de metas relacionadas ao *compliance* para os Vice-Presidentes;
- Análise e revisão da remuneração variável dos Vice-Presidentes e representantes de vendas;
- Eleição e destituição dos diretores estatutários da Companhia e definição dos seus deveres, em conformidade com o Estatuto Social;
- A política de remuneração e recursos humanos da Companhia, inclusive em relação aos critérios, direitos e vantagens relacionados à remuneração, bem como a remuneração individual dos administradores;
- Análise, seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Governança corporativa, incluindo regras de organização e rotina do Conselho de Administração;
- Administração de programas de incentivos de longo prazo; e
- Transferência de recursos da Companhia para associações de funcionários e entidades privadas de caridade, culturais e recreativas e de planos de previdência.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética auxilia a Diretoria nas suas funções envolvendo questões relacionadas à ética e suas competências incluem:

- Avaliar e discutir o resultado das investigações relacionadas às alegações de baixo impacto (conforme definidas no *Helpline* – Canal de Denúncias – Procedimento Corporativo);
- Preparar recomendações adequadas relacionadas a essas investigações;
- Tratar todas as informações e todos os documentos analisados com absoluto sigilo e confidencialidade, independentemente do assunto; e
- Oferecer suporte na resolução de conflitos éticos não previstos, resolvendo questões relacionadas a situações controversas, e garantindo a manutenção da uniformidade dos critérios utilizados em casos similares.

Departamento de *Compliance*

O Departamento de *Compliance* é responsável por gerenciar a aplicação do Programa Anticorrupção no dia-a-dia da Companhia, estabelecendo normas, procedimentos e protocolos de treinamento para ajudar a evitar qualquer tipo de conduta ilegal, antiética e inapropriada.

O Departamento inclui os principais cargos a seguir:

- *Chief Compliance Officer*

O *Chief Compliance Officer* é responsável por gerenciar a aplicação do Programa Anticorrupção no dia-a-dia da Companhia e atua como a principal fonte em relação a todas as questões relacionadas à anticorrupção. O *Chief Compliance Officer* se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, trabalhando em estreita colaboração com o Comitê de Auditoria e Riscos.

- O Diretor de *Compliance*

O Diretor de *Compliance* oferece suporte aos processos de due diligence dos parceiros de negócios e terceiros contratados e de *Know Your Customer* dos potenciais clientes,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

fornecendo recomendações para a unidade de negócios solicitante sobre se a Companhia deve conduzir negócios com o parceiro de negócios ou cliente proposto. O Diretor de *Compliance*, juntamente com o *Chief Compliance Officer*, também supervisiona o processo de investigação de todas as alegações ou problemas reportados por meio do Helpline da Embraer. O Diretor de *Compliance* se reporta ao *Chief Compliance Officer*.

- Gerentes de *Compliance*

Os Gerentes de *Compliance* oferecem suporte aos processos operacionais da área, incluindo a avaliação de algumas solicitações de due diligence dos parceiros de negócios e terceiros e de Know Your Customer para potenciais clientes. Além disso, supervisiona a implantação de políticas e procedimentos internos relacionados ao programa de *Compliance*. Os Gerentes de *Compliance* se reportam ao Diretor de *Compliance*.

- *Compliance Officers*

Os *Compliance Officers* supervisionam o processo de *due diligence* dos parceiros de negócios e terceiros contratados, de *Know Your Customer* de clientes e demais políticas e procedimentos internos relacionados ao Programa de *Compliance*, em conjunto com os Gerentes de *Compliance*, Diretor de *Compliance* e o *Chief Compliance Officer*. Os *Compliance Officers* se reportam aos Gerentes de *Compliance*.

- Agentes de *Compliance*:

As responsabilidades dos Funcionários dos Agentes de *Compliance* incluem:

- i. Auxiliar na preparação de relatórios para o *Chief Compliance Officer* e para o Departamento de *Compliance*;
- ii. Ajudar a identificar oportunidades para melhoria do programa de *compliance* da Companhia, com base nas questões identificadas durante o curso das investigações, e a implementar ações corretivas adequadas;
- iii. Trabalhar com outras pessoas do Departamento de *Compliance* e do Departamento Jurídico para auxiliar na comunicação adequada de violações ou possíveis violações;
- iv. Auxiliar com o processo de *due diligence* de *compliance*/anticorrupção relacionado a transações sensíveis em termos de *compliance*; e
- v. Auxiliar com o processo de *due diligence* de *compliance*/anticorrupção relacionado a prestadores de serviços terceirizados.

Os Agentes de *Compliance* se reportam aos respectivos Vice-Presidentes, devendo reportar-se ainda ao *Chief Compliance Officer*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Departamento Jurídico

O Departamento Jurídico é responsável pela atividade jurídica da Companhia, incluindo a supervisão do cumprimento das leis aplicáveis por parte da Companhia. As responsabilidades do Departamento Jurídico relacionadas a questões anticorrupção incluem:

- Trabalhar junto ao Departamento de *Compliance* (e outros órgãos, quando necessário) para manter o funcionamento adequado dos esforços de *compliance* da Companhia, incluindo:
 - i. Facilitar o aconselhamento relacionado ao cumprimento do Programa Anticorrupção da Embraer;
 - ii. Identificar mecanismos de monitoramento periódico e as cláusulas contratuais anticorrupção adequados;
 - iii. Facilitar a investigação e remediação adequadas e tempestivas de determinadas denúncias de *compliance*;
- Em conjunto com o Departamento de *Compliance*, identificar e avaliar os riscos de *compliance*, leis e regulamentos potencialmente aplicáveis, e qualquer mecanismo adicional interno ou externo necessário em relação à inclusão da Companhia em um novo projeto ou mercado, trabalhando para implementar quaisquer controles necessários.

Departamento Financeiro e Centro de Serviços Compartilhados (CSI)

Em relação ao Programa de Anticorrupção, o Departamento Financeiro e o Centro de Serviços Compartilhados são responsáveis pelos controles financeiros internos e pela manutenção dos livros e registros adequados. Esses Departamentos servem como guardiões e ajudam a proteger os ativos da Companhia.

As responsabilidades do Departamento Financeiro relacionadas a questões anticorrupção incluem:

- Supervisionar e monitorar os controles financeiros internos da Companhia, incluindo a avaliação de questões relacionadas a vendedores e à implementação de monitoramento adequado da supervisão regulatória em relação ao plano aprovado; e
- Em conjunto com o *Chief Compliance Officer*, conduzir a avaliação regular, no mínimo uma vez ao ano, do sistema de controles financeiros internos da Embraer, bem como da elaboração e da implementação das melhorias adequadas para impedir e detectar pagamentos ilícitos. O Departamento Financeiro e o Departamento de CSI são também responsáveis por executar um “three-way match” (isto é, uma comparação da ordem de compra, da nota fiscal e da confirmação de recebimento das mercadorias ou serviços) antes do pagamento aos fornecedores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Departamento de Auditoria Interna

O Departamento de Auditoria Interna é responsável por auditar a implementação do Programa Anticorrupção em todas as operações da Embraer, bem como o cumprimento pela Companhia das leis aplicáveis, incluindo as leis anticorrupção aplicáveis. O Departamento de Auditoria Interna é também responsável por conduzir determinadas investigações relacionadas a *compliance*.

Departamento de Recursos Humanos

Em relação ao Programa de Anticorrupção, o Departamento de Recursos Humanos irá atuar em conjunto com os Departamentos de *Compliance* e Jurídico, conforme aplicável, na investigação e remediação de alegações e reclamações e no desenvolvimento e implementação de procedimentos relacionados à contratação e promoção, treinamento, incentivos e medidas disciplinares dos empregados, e conflitos de interesses.

Outras informações sobre a estrutura organizacional da Companhia estão descritas nos itens 5.1 e 5.3 do Formulário de Referência.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui o Código de Ética e Conduta da Companhia e a Política Anticorrupção Embraer, os quais estão disponíveis no website www.embraer.com.br/compliance.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Embraer é aplicável aos administradores, conselheiros fiscais e funcionários de todos os níveis hierárquicos da Companhia. Também faz parte dos procedimentos de Compras encaminhar as informações para acesso ao Código e à Política Global Anticorrupção a todos os fornecedores quando há celebração de contrato entre o fornecedor e a Companhia. Além disso, estes temas são reforçados na integração de prestadores de serviços que estão alocados nas unidades da Embraer.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O treinamento sobre o Código de Ética e Conduta da Embraer é realizado nos primeiros 30 dias seguintes à contratação do funcionário ou à posse do administrador ou conselheiro fiscal. Além disso, o treinamento é disponibilizado sempre que houver

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

atualizações no documento.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Na Companhia, há um procedimento específico para ações disciplinares, aplicáveis quando houver violação comprovada ao Código de Ética ou ao Regulamento Interno da Companhia. As sanções abrangem ações de aconselhamento, monitoramento, advertência, suspensão ou desligamento.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A aprovação do Código de Ética e Conduta é feita pelo Conselho de Administração. A versão atual foi aprovada em 08/12/2016. O endereço para consulta é www.embraer.com.br/compliance.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- A Embraer possui um canal de denúncias chamado *Helpline* que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, em diversos idiomas e disponível no seguinte website www.embraerhelpline.com.

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

As denúncias são recebidas por uma empresa terceirizada que classifica e distribui os casos para a Companhia, em conformidade com as regras estabelecidas nos procedimentos do canal de denúncias.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias é aberto para empregados e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A denúncia pode ser anônima ou não. O *Helpline* prevê a não-retaliação do denunciante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

- Após a classificação realizada pela empresa terceirizada, as denúncias são endereçadas ao Departamento de *Compliance* que atua em conjunto com a Auditoria Interna e a área de Recursos Humanos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um procedimento de *Compliance* nos processos de fusão, aquisições e reestruturações societárias para orientar as transações em que esteja negociando ou tenha controle societário sobre a empresa-alvo da transação. Tal procedimento é aplicável à sua Controladora e às Empresas Controladas e a todos seus funcionários e prestadores de serviço que atuem em seu nome e visa identificar riscos e vulnerabilidades relacionados a *Compliance* (Anticorrupção) nas etapas de:

- Pré-Aquisição: gera o *Screening* (com Dow Jones) e *Level 2 Due Diligence* (com Protiviti) na empresa-alvo e seus principais acionistas;
- Negociação: inclui no escopo da *Due Diligence* (além dos aspectos legais, trabalhistas, fiscais, tributários e outros relevantes) uma análise aprofundada dos riscos/exposições relacionadas a *Compliance* (Anticorrupção) e adiciona cláusulas contratuais relacionadas nos documentos societários definitivos da transação;
- Pós-Aquisição: para casos em que a Companhia obtenha o controle societário da empresa-alvo e conforme os documentos societários definitivos executados, implementa as políticas e controles relativos a *Compliance* (Anticorrupção) da Companhia na empresa-alvo.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

A Companhia adota uma Política de Gestão de Riscos Empresariais para garantir o fortalecimento de gestão de riscos. Essa política foi criada aprovada pela Administração da Companhia em 2015, revisada no início de 2018 e aprovada pelo Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia em 24 de abril de 2018. A Política normatiza a forma que a Embraer lida com seus riscos.

Durante o ano de 2017, foi efetuado um ajuste de forma a refletir os documentos e seus conteúdos, portanto criamos um Procedimento Corporativo de Riscos Empresariais, o qual apresenta o processo, atividade, ferramenta e responsabilidades relativos à gestão de riscos.

A Gestão de Riscos da Embraer é um processo vivo e que reflete as exposições da Companhia. As áreas são engajadas a elaborarem seus Planos de Ação, quando possível, para redução das exposições.

Não houve um aumento significativo em 2017 em relação aos riscos mapeados e nossa expectativa é que os planos de ação implementados reduzam as exposições existentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

O Diretor-Presidente (CEO) e o Vice-Presidente Executivo de Finanças e de Relações com os Investidores (CFO) após avaliarem junto à administração a eficácia dos processos e operações de nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2017, concluíram que os controles e procedimentos de divulgação foram eficazes para garantir e permitir que as decisões fossem precisas com relação às divulgações obrigatórias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e suas respectivas notas explicativas, ou as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou IASB.

A moeda funcional de uma companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida, uma vez que tal moeda influencia nos preços de bens serviços, nas forças competitivas e regulamentos de seu país de origem, nos custos de fornecimento de produtos e serviços e na captação ou recebimento de recursos financeiros. Nesse contexto, a administração, após análise das operações e negócios da Embraer concluiu que o dólar norte-americano ("US\$" ou "dólar") é a sua moeda funcional.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia vem mantendo uma liquidez satisfatória, refletido no capital de giro ajustado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.432,6 milhões), 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.565,3 milhões) e 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.976,4 milhões), que corresponde à diferença entre o ativo circulante, descontando-se o saldo de caixa e equivalentes de caixas e investimentos financeiros, e o passivo circulante, descontando-se empréstimos e financiamentos. Esse nível de capital de giro representa as condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo.

Os Diretores acreditam que a saúde financeira é suficiente para atender as obrigações com terceiros, incluindo o pagamento da dívida, conforme liquidez corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) de 2,55 em 31 de dezembro de 2017, 2,13 em 31 de dezembro de 2016 e 2,08 em 31 de dezembro de 2015. A Companhia possui acesso a fontes de financiamento, suportado por uma classificação de risco BBB com perspectiva negativa e com título de grau de investimento pela Standard & Poor's desde 2006. A classificação de risco da Embraer pela Moody's é de Ba1, rebaixada de Baa3 em fevereiro de 2016, seguindo o rebaixamento da classificação do risco de crédito soberano do Brasil, de Baa3 para Ba2, no mesmo período. Em abril de 2016, a Fitch Ratings, atribuiu a classificação de risco de crédito da Embraer como BBB-. Em fevereiro de 2018, a Fitch Ratings rebaixou a nota de crédito soberano do Brasil de "BB" para "BB-", no entanto, manteve inalterados os ratings da Embraer. Considerando o perfil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da dívida o prazo médio de endividamento foi de 6,0 anos em 2017, 5,3 anos em 2016 e 6,2 anos em 2015, estando em linha com o ciclo de negócio e desenvolvimento de novos produtos da Embraer.

A Diretoria entende que a Companhia vem apresentando, nos últimos três exercícios sociais, condições financeiras e patrimoniais suficientes para conduzir os investimentos em novos produtos e serviços e cumprir as obrigações de curto e médio prazo.

A Diretoria considera que os recursos de caixa, que totalizaram R\$ 12.860,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 10.381,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 13.814,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, vêm se mantendo suficientes para atender o financiamento das atividades operacionais e cobrir a necessidade de recursos, no mínimo, para um horizonte de 12 meses.

A Embraer encerrou o ano de 2017 com um endividamento total de R\$ 13.888,8 milhões, 13,0% maior que os R\$ 12.254,0 milhões do exercício de 2016, que por sua vez ficou 11% menor que o endividamento total ao final do ano de 2015 de R\$ 13.785,8 milhões. Desse endividamento total, ao final de 2017, verificou-se que 90,7% da dívida referiam-se a linhas de longo prazo. Do total, R\$ 11.761,3 milhões (84,7%) eram denominadas em Dólar, R\$ 2.081,2 milhões (15,0%) eram denominados em Reais e R\$ 46,3 milhões (0,3%) eram denominados em Euros. Ao final de 2016, 86,4% referiam-se a linhas de longo prazo. O endividamento era composto de R\$ 9.486,1 milhões (77,4%) em linhas de crédito denominadas em Dólares, R\$ 53,5 milhões (0,4%) denominados em Euros e o restante R\$ 2.714,4 milhões (22,2%), denominado em Reais. Do endividamento total verificado em 2015, 93,8% referiam-se a linhas de longo prazo e era composto de R\$ 10.545,9 milhões (76,5%) em linhas de crédito denominadas em Dólares, R\$ 86,5 milhões (0,6%) denominados em Euros e o restante R\$ 3.153,3 milhões (22,9%) denominado em Reais.

A posição de estoque encerrou o ano em R\$ 7.108,0 milhões, 12,6% abaixo dos R\$ 8.136,2 milhões reportados em 2016 que por sua vez foi 10% menor que os R\$ 9.037,9 milhões de 31 de dezembro de 2015. A redução de estoques em 2017, em relação ao mesmo período do ano anterior, ocorreu principalmente devido ao aumento no giro dos estoques que em 2017 foi de 2,2, superior aos 2,1 de 2016 e ao 1,8 de 2015, em linha com as necessidades operacionais e o ciclo produtivo da Companhia.

Indicadores Patrimoniais

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparados aos últimos três anos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Destaques Consolidados	Em 31 de dezembro de		
Valores em R\$ milhões	2017	2016	2015
Disponível(*)	12.860,4	10.381,0	13.814,0
Contas a Receber de clientes, líquida	2.372,2	2.168,7	3.059,0
Financiamentos a Clientes	54,4	122,0	219,5
Estoques	7.108,0	8.136,2	9.037,9
Ativo permanente (**)	13.208,4	12.458,8	13.409,0
Fornecedores	2.728,0	3.103,0	4.041,2
Endividamento – Curto prazo	1.286,6	1.663,2	856,5
Endividamento – Longo prazo	12.602,2	10.590,8	12.929,3
Patrimônio Líquido	13.834,6	12.844,9	15.008,7

(*) Inclui Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos financeiros ativos de curto e longo prazo

(**) Inclui Imobilizado, Intangível e Investimentos

A partir de 2015, a Embraer passou a considerar como Disponível, além do caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros de curto prazo, os investimentos financeiros de longo prazo por entender que este montante, mesmo sendo classificado contabilmente como longo prazo, em caso de uma necessidade de caixa, poderia ser acionado.

Destaques Consolidados	Em 31 de dezembro de		
Valores em R\$ milhões	2017	2016	2015
Dívida/ Patrimônio Líquido	1,0	1,0	0,9
Giro dos Estoques	2,2	2,1	1,8
Giro dos Ativos	0,5	0,6	0,4
ROA ⁽¹⁾	2,0%	1,5%	0,5%
ROE ⁽²⁾	5,7%	4,6%	1,6%

(1) ROA – significa o retorno sobre os ativos (*Return on Assets*), calculado a partir do Lucro líquido / Ativo total.(2) ROE – significa o retorno sobre o capital próprio da Companhia (*Return on Equity*), calculado a partir do Lucro líquido / Patrimônio Líquido.**(b) Estrutura de Capital**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o endividamento financeiro foi superior à posição de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 1.028,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro foi superior à posição de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 1.873,0 milhões e em 2015 a posição de caixa e equivalentes de caixa foi superior ao endividamento financeiro em R\$ 28,2 milhões. Apresentamos abaixo a relação entre nosso capital de terceiros, em relação ao patrimônio líquido, para os três últimos exercícios sociais:

Consolidado	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ milhões, exceto percentuais)	2017	2016	2015
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	13.834,6	12.844,9	15.008,7
Empréstimos e Financiamentos (Capital de Terceiros)	13.888,8	12.254,0	13.785,8
Capital de Terceiros + Capital próprio	27.723,4	25.098,9	28.794,5
Capital de Terceiros / Capital próprio	100%	95,4%	91,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Embraer mantém capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma sólida posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 o caixa total atingiu a cifra de R\$ 12.860,4 milhões. No conceito líquido (caixa e equivalentes de caixa + investimentos financeiros de curto e longo prazo menos endividamento financeiro), nesse mesmo período a Companhia apresentou um saldo negativo (dívida líquida) de R\$ 1.028,4 milhões.

A geração operacional medida pelo EBITDA apresentou em 2017 um resultado de R\$ 2.068,2 milhões, resultando em uma relação dívida financeira total/EBITDA de 6,72.

Valores em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Caixa (Endividamento) Líquido	(1.028,4)	(1.873,0)	28,20
EBITDA ⁽¹⁾	2.068,2	1.861,5	2.060,0
Endividamento Financeiro	13.888,8	12.254,0	13.785,8
Patrimônio Líquido	13.834,6	12.844,9	15.008,7
Despesas Financeiras ⁽²⁾	739,3	877,0	680,1
Endividamento Financeiro / EBITDA	6,72	6,58	6,69
EBITDA / Despesas Financeiras	2,80	2,12	3,03
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	1,00	0,95	0,92

(1) Em 2016 houve mudança de métrica no cálculo do EBITDA considerando-se a amortização de contribuição de parceiros, a mudança foi refletida nos cálculos do EBITDA dos anos 2016 e 2015, descritos na tabela acima.

(2) excluído o IOF sobre operações financeiras.

Quadro resumo da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Valores em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Ativo circulante	23.326,9	22.102,2	25.035,9
Realizável a longo prazo	2.949,6	3.455,7	7.122,0
Investimentos	18,4	12,7	4,8
Imobilizado	6.962,9	7.020,8	7.916,5
Intangível	6.227,1	5.425,3	5.487,7
Total do Ativo	39.484,9	38.016,7	45.566,9
Passivo circulante	9.204,8	10.367,3	12.029,0
Exigível a longo prazo	16.445,5	14.804,5	18.529,2
Participação dos não controladores	375,3	301,3	397,7
Patrimônio líquido	13.834,6	12.543,6	14.611,0
Total do Passivo	39.484,9	38.016,7	45.566,9

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos em ativos não circulantes consistem principalmente em gastos em pesquisa e desenvolvimento associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente, tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, e adiantamentos de clientes.

Em 2017, a Companhia emitiu US\$ 750 milhões com vencimento em 1º de fevereiro de 2017, por meio da subsidiária Embraer Netherlands Finance B.V., com propósitos corporativos gerais.

Em 2016, a Companhia contratou o montante de US\$ 200,0 milhões junto ao banco Santander Totta, por meio da subsidiária Embraer Portugal S.A. para investimento em capital de giro e aquisição de ativo imobilizado.

Em 2015, a Companhia efetuou as seguintes captações: (i) US\$1 bilhão por meio de emissão de Notas garantidas (*guaranteed notes*) (ii) R\$685 milhões na modalidade de Nota de Crédito à Exportação com objetivo de aplicar na produção de bens para exportação e, (iii) R\$856,2 milhões, referentes aos contratos celebrados com o BNDES no ano de 2013.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma Política de Gestão Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes aplicáveis a todas as áreas de negócios, com foco na gestão das finanças corporativas, incluindo a gestão de fluxo de caixa e estrutura de capital, visando delimitar os riscos associados às operações financeiras e eventuais deficiências de liquidez.

A Companhia encontra-se em uma situação de liquidez suficiente para atender às necessidades atuais de capital, para manutenção dos investimentos e capital de giro, incluindo (1) aprimoramento da família dos jatos executivos Phenom 100 e 300, Lineage 1000, Legacy 650, 500 e 450, (2) desenvolvimento e certificação da família de jatos E-2, (3) outros gastos de capital previstos.

Em uma situação de deficiência de liquidez, a Companhia acredita que poderá recorrer a estruturas de financiamento adicionais, tais como: emissão de *corporate bonds*, emissão de debêntures, financiamentos à importação e exportação, linhas de crédito fornecidas por agências de fomento no Brasil e linhas de crédito de bancos nacionais e internacionais, cujas disponibilidades estarão sujeita às condições de mercado, como custo e crédito, vigentes no momento da contratação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Ao final de 2017 o endividamento financeiro total da Companhia somava R\$ 13.888,8 milhões (R\$ 12.254,0 milhões em 2016), dos quais 90,7% eram dívidas de longo prazo (86,4% em 2016). O custo médio ponderado da dívida denominada em Dólares subiu de 5,13% a.a. em 2016, para 5,18% a.a. em 2017, enquanto que o custo da dívida denominada em Reais diminuiu de 4,96% a.a., em 2016 para 3,72% em 2017. Ao final de 2016 o endividamento financeiro total da Companhia somava R\$ 12.254,0 milhões (R\$ 13.785,8 milhões em 2015), dos quais 86,4% eram dívidas de longo prazo (93,8% em 2015). O custo médio ponderado da dívida denominada em Dólares diminuiu de 5,25% a.a. em 2015, para 5,13% a.a. em 2016, enquanto que o custo da dívida denominada em Reais diminuiu de 6,43% a.a., em 2015 para 4,96% em 2016.

Perfil de vencimento do endividamento		
Ano	Valor em R\$	%
2018	1.286,6	9,3%
2019	519,1	3,7%
2020	885,8	6,4%
2021	1.125,7	8,1%
2022	1.856,9	13,4%
Após 2022	8.214,7	59,1%
Total	13.888,8	100,0%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Em outubro de 2009, a Embraer Overseas Limited emitiu US\$ 500 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a., e vencimento em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor era de R\$ 541,2 milhões, incluindo principal e juros acumulados. Estas notas foram listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A emissão de notas garantidas acima têm juros pagos semestralmente e são incondicionalmente garantidas pela Embraer S.A..

Em 31 de março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de Financiamento com o BNDES e com a FINEP para Desenvolvimento de Projetos, cujo prazo de vencimento é abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, o montante liberado foi de R\$ 540,5 milhões e o saldo devedor de principal mais juros era de R\$ 36,4 milhões. Em 15 de Junho de 2012, a Embraer S.A. captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.651,9 milhões.

Entre os meses de agosto e setembro de 2013, a Embraer S.A., por meio de sua subsidiária Embraer Overseas Limited, efetuou a oferta de permuta para os atuais títulos com vencimento em 2017 e 2020 por uma nova emissão com vencimento em 2023. A oferta de permuta representou US\$ 146,4 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do valor principal das notas vigentes para 2017 e US\$ 337,2 milhões do valor principal das notas vigentes para 2020, correspondendo aproximadamente a 54,9% de notas permutadas. O total da oferta de permuta, considerando os efeitos do preço de permuta nas negociações e emissão total das novas notas foi de aproximadamente US\$ 540,5 milhões em valor principal, a uma taxa de 5,71% e com vencimento final para 16 de setembro de 2023. O saldo devedor da nota, com vencimento em 2023, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 1.689,7 milhões. Em dezembro de 2013, a Embraer S.A. assinou um contrato de financiamento, junto ao BNDES para utilização em desenvolvimento de projetos no montante de aproximadamente R\$ 1.411,4 milhões, equivalente a US\$ 424,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, o montante já havia sido desembolsado em sua totalidade e o saldo devedor era de R\$ 1.009,6 milhões.

Em junho de 2015, a Embraer Netherlands Finance B.V. emitiu US\$ 1 bilhão em notas garantidas (*guaranteed notes*) com taxa de juros nominal de 5,05% ao ano com vencimento em 15 de junho de 2025. A oferta das notas foi registrada junto a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), garantida integralmente e incondicionalmente pela Embraer S.A. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 3.295,8 milhões.

Em dezembro de 2015, a Embraer S.A. contratou operações de empréstimos na modalidade de Nota de Crédito de Exportação com objetivo de aplicar nas atividades de exportação e produção de bens para exportação, com diversas instituições financeiras brasileiras, no montante de R\$ 685 milhões a uma taxa média ponderada de 10,96% ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 771,1 milhões.

Em agosto de 2016, a Embraer Portugal S.A., empresa do Grupo Embraer S.A., contratou, junto ao banco Santander Totta o montante de US\$ 200,0 milhões, equivalente a R\$ 661,6 milhões, para investimento em capital de giro e aquisição de ativo imobilizado. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 657,3 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Do nosso endividamento total, correspondente em 31 de dezembro de 2017 a R\$ 13.888,8 milhões, 9,4% ou R\$ 1.310,1 milhões (R\$ 371,7 milhões de curto prazo e R\$ 938,4 milhões de longo prazo), são relativos majoritariamente a linhas de financiamento junto a FINEP e BNDES. As garantias constituídas compreendem uma combinação de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e fiança bancária que totalizam R\$ 1.459,2 milhões.

Todas as demais linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem com outros débitos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Descrevemos a seguir as restrições impostas à Companhia e suas controladas nos contratos financeiros de longo prazo e de maior relevância para a Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2017.

Nas notas emitidas pela Companhia e suas subsidiárias nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2017, com os valores de emissão de US\$ 400 milhões, US\$ 500 milhões, US\$ 500 milhões, US\$ 1,0 bilhão e US\$ 750 milhões respectivamente, foram impostas limitações relativas a:

(A) Gravames/garantias

Não poderão ser dados em garantia os bens da Companhia ou do garantidor (Embraer S.A.) a não ser que:

- (i) relacionados à compra de novos bens;
- (ii) dentro do curso normal de negócios em relação ao financiamento de aeronaves pelo garantidor a outra pessoa ou transações de importação/exportação;
- (iii) em face de dívidas do garantidor frente a BNDES e outros órgãos internacionais;
- (iv) detidos por empresas adquiridas;
- (v) já existentes, ou decorrentes de imposição legal ou decisão judicial;
- (vi) em razão de desenvolvimento relacionados a autoridades governamentais;
- (vii) já existentes sobre bens a serem adquiridos;
- (viii) sobre fundos para pagamento do principal, juros e quantias adicionais;
- (ix) decorrentes de *Capitalized Lease Obligations*; ou
- (x) em montante menor que 10% do capital próprio da Companhia,

(B) Operações societárias

A Companhia e o garantidor somente poderão participar de operação de fusão/incorporação e transferência de ativos, sem o aval dos detentores das notas, caso:

- (i) a sucessora assuma expressamente o repagamento do principal e juros e as demais obrigações;
- (ii) não ocorra qualquer Incumprimento;
- (iii) sejam entregues certificados de opiniões demonstrando que tal operação cumpre as condições precedentes impostas;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iv) a sucessora concorde em assumir quaisquer custos decorrentes, garantindo que os recebimentos dos detentores das notas não serão afetados.

Para os contratos assinados com o BNDES foram estabelecidas cláusulas de limites para alavancagem financeira, calculada através da relação dívida bancária líquida consolidada/ EBITDA consolidado: igual ou inferior a 3,5; e manutenção de capacidade de cobertura do serviço da dívida, calculada através da relação EBITDA consolidado/ despesas financeiras líquidas consolidadas: igual ou superior a 2,25.

Além dos *covenants* financeiros mencionados acima, é exigido também que a Companhia mantenha medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, mantendo em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, assim como observar, durante o período de vigência do contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

Para os contratos assinados com a FINEP foram estabelecidas cláusulas restritivas conforme abaixo relacionadas:

- (a) Não poderá ocorrer alteração de controle efetivo, direto ou indireto, que a juízo da FINEP possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato;
- (b) Não ocorrer a inclusão, em acordo societário ou estatuto, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer empresa do grupo pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em:
 - (i) restrições à capacidade de crescimento ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (ii) restrições de acesso a novos mercados; ou
 - (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação com instituições financeiras.
- (c) Deverá adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto.
- (d) Deverá cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, mantendo em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o prazo de vigência deste contrato.
- (e) Não haver sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Embraer ou por seus dirigentes que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas estavam totalmente adimplentes com todas as cláusulas restritivas acima descritas. Todos os *covenants* financeiros e não financeiros dos contratos, os quais a companhia possui obrigações e que estavam ativos nos anos de 2015, 2016 e 2017 foram atendidos nos respectivos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam linhas de financiamento contratadas, mas não desembolsadas.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras Balanços Patrimoniais Consolidados

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016	AH 2016 x 2015
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4.203.719	10,6%	4.046.185	10,6%	8.455.771	18,6%	3,9%	(52,1)%
Investimentos financeiros	7.825.304	19,8%	5.786.574	15,2%	2.431.205	5,3%	35,2%	138,0%
Contas a receber de clientes, líquidas	2.372.236	6,0%	2.168.734	5,7%	3.052.976	6,7%	9,4%	(29,0)%
Instrumentos financeiros derivativos	97.652	0,2%	68.575	0,2%	20.292	0,0%	42,4%	237,9%
Financiamentos a clientes	7.029	0,0%	27.750	0,1%	42.068	0,1%	(74,7)%	(34,0)%
Contas a receber vinculadas	614.101	1,6%	465.387	1,2%	357.000	0,8%	32,0%	30,4%
Estoques	7.108.011	18,0%	8.136.162	21,4%	9.037.943	19,8%	(12,6)%	(10,0)%
Imposto de renda e contribuição social	254.479	0,6%	263.064	0,7%	508.564	1,1%	(3,3)%	(48,3)%
Outros ativos	844.361	2,1%	1.139.717	3,0%	1.130.045	2,5%	(25,9)%	0,9%
Total do circulante	23.326.892	59,1%	22.102.148	58,1%	25.035.864	54,9%	5,5%	(11,7)%
Não circulante								
Investimentos financeiros	831.372	2,1%	548.234	1,4%	2.927.059	6,4%	51,6%	(81,3)%
Contas a receber de clientes, líquidas	149	0,0%	149	0,0%	6.005	0,0%	0,0%	(97,5)%
Instrumentos financeiros derivativos	15.980	0,0%	36.233	0,1%	35.971	0,1%	(55,9)%	0,7%
Financiamentos a clientes	47.337	0,1%	94.260	0,2%	177.444	0,4%	(49,8)%	(46,9)%
Contas a receber vinculadas	341.133	0,9%	588.263	1,5%	1.236.390	2,7%	(42,0)%	(52,4)%
Depósitos em garantia	1.302.678	3,3%	1.666.787	4,4%	2.254.072	4,9%	(21,8)%	(26,1)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.371	0,0%	11.021	0,0%	17.385	0,0%	(15,0)%	(36,6)%
Outros ativos	401.543	1,0%	510.753	1,3%	467.676	1,0%	(21,4)%	9,2%
Investimentos	18.387	0,0%	12.725	0,0%	4.853	0,0%	44,5%	162,2%
Imobilizado	6.962.927	17,6%	7.020.841	18,5%	7.916.496	17,4%	(0,8)%	(11,3)%
Intangível	6.227.137	15,8%	5.425.257	14,3%	5.487.695	12,0%	14,8%	(1,1)%
Total do não circulante	16.158.014	40,9%	15.914.523	41,9%	20.531.046	45,1%	1,5%	(22,5)%
Total do ativo	39.484.906	100,0%	38.016.671	100,0%	45.566.910	100,0%	3,9%	(16,6)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016	AH 2016 x 2015
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	2.728.027	6,9%	3.102.979	8,2%	4.041.176	8,9%	(12,1)%	(23,2)%
Empréstimos e financiamentos	1.286.591	3,3%	1.663.204	4,4%	856.518	1,9%	(22,6)%	94,2%
Dívidas com e sem direito de regresso	58.092	0,1%	74.600	0,2%	39.376	0,1%	(22,1)%	89,5%
Contas a pagar	966.583	2,4%	1.236.854	3,3%	1.136.729	2,5%	(21,9)%	8,8%
Adiantamentos de clientes	2.643.789	6,7%	2.334.770	6,1%	2.904.486	6,4%	13,2%	(19,6)%
Instrumentos financeiros derivativos	29.233	0,1%	27.485	0,1%	47.961	0,1%	6,4%	(42,7)%
Impostos e encargos sociais a recolher	233.889	0,6%	142.135	0,4%	276.300	0,6%	64,6%	(48,6)%
Imposto de renda e contribuição social	53.227	0,1%	84.519	0,2%	461.183	1,0%	(37,0)%	(81,7)%
Garantia financeira e de valor residual	73.559	0,2%	161.997	0,4%	630.812	1,4%	(54,6)%	(74,3)%
Dividendos	121.651	0,3%	80.883	0,2%	10.574	0,0%	(14,9)%	664,9%
Receitas diferidas	542.657	1,4%	1.015.267	2,7%	1.249.718	2,7%	(46,6)%	(18,8)%
Provisões	467.507	1,2%	442.556	1,2%	374.180	0,8%	5,6%	18,3%
Total do circulante	9.204.804	23,3%	10.367.249	27,3%	12.029.013	26,4%	(11,7)%	(13,8)%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	12.602.199	31,9%	10.590.818	27,9%	12.929.250	28,4%	19,0%	(18,1)%
Dívidas com e sem direito de regresso	1.146.081	2,9%	1.143.901	3,0%	1.463.095	3,2%	0,2%	(21,8)%
Contas a pagar	71.162	0,2%	54.932	0,1%	154.458	0,3%	29,5%	(64,4)%
Adiantamentos de clientes	344.207	0,9%	455.774	1,2%	640.620	1,4%	(24,5)%	(28,9)%
Impostos e encargos sociais a recolher	232.072	0,6%	221.449	0,6%	314.628	0,7%	4,8%	(29,6)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	831.440	2,1%	858.060	2,3%	1.629.359	3,6%	(3,1)%	(47,3)%
Garantia financeira e de valor residual	445.284	1,1%	524.890	1,4%	513.785	1,1%	(15,2)%	2,2%
Receitas diferidas	322.406	0,8%	371.254	1,0%	458.829	1,0%	(13,2)%	(19,1)%
Provisões	450.312	1,1%	583.486	1,5%	425.203	0,9%	(22,8)%	37,2%
Total do não circulante	16.445.536	41,7%	14.804.564	38,9%	18.529.227	40,7%	11,1%	(20,1)%
Total do passivo	25.650.340	65,0%	25.171.813	66,2%	30.558.240	67,1%	1,7%	(17,6)%
Patrimônio líquido								
Capital social	4.789.617	12,1%	4.789.617	12,6%	4.789.617	10,5%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(134.801)	(0,3)%	(115.364)	(0,3)%	(67.012)	(0,1)%	16,8%	72,2%
Reservas de lucros	5.003.918	127%	4.424.882	11,6%	4.018.597	8,8%	0,3%	10,1%
Remuneração baseada em ações	78.742	0,2%	77.097	0,2%	72.298	0,2%	2,1%	6,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	3.721.821	9,4%	3.367.368	8,9%	5.797.456	12,7%	10,5%	(41,9)%
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	375.269	1,0%	301.258	0,8%	397.714	0,9%	24,6%	(24,3)%
Total do patrimônio líquido	13.834.566	35,0%	12.844.858	33,8%	15.008.670	32,9%	8,1%	(14,4)%
Total do passivo e patrimônio líquido	39.484.906	100,0%	38.016.671	100,0%	45.566.910	100,0%	3,9%	(16,6)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016****Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Circulante era de R\$ 23.326,9 milhões, em comparação aos R\$ 22.102,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Circulante representava 59,1% em 31 de dezembro de 2017 e 58,1% em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva em 5,5% deste grupo como um todo ocorreu principalmente em função do aumento em 35,2% dos investimentos financeiros e isso ocorreu, pois, em janeiro, a Companhia fez uma emissão de US\$ 750 milhões em títulos de dívida com uma taxa de juros (cupom) de 5,4% com vencimento em 2027. Houve uma redução de 12,6% nos Estoques em função de um maior balanceamento entre produção e entregas de aeronaves no ano de 2017. Além da emissão em títulos de dívida e da variação na linha de Estoques, não houve grande variação no quanto o ativo circulante representa em relação ao total do ativo.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Não Circulante era de R\$ 16.158,0 milhões, em comparação com R\$ 15.914,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Não Circulante representava 40,9% em 31 de dezembro de 2017 e 41,9% em 31 de dezembro de 2016. Houve uma pequena queda neste grupo, explicada principalmente pela valorização do Real em relação ao Dólar e a diminuição das Contas a receber vinculadas e os Depósitos em garantia que juntas tiveram uma redução de R\$ 611,3 milhões. Os principais impactos positivos que compensaram parte dessa queda ocorreram no Intangível dado a continuidade dos investimentos no desenvolvimento dos E-Jets E2, a nova família de jatos comerciais da Companhia e nos Investimentos financeiros uma vez que parte do montante captado com a emissão dos títulos de dívida foram investidos no longo prazo. Apesar disso, não houve variações substanciais no ativo não circulante constatado na pequena variação do quanto o ativo não circulante representa em relação ao total do ativo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Passivo Circulante era de R\$ 9.204,8 milhões, em comparação com os R\$ 10.367,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante representava 23,3% em 31 de dezembro de 2017 e 27,3% em 31 de dezembro de 2016. A queda de 11,2% ocorrida no período se deu basicamente em função da valorização do Real em relação ao Dólar. Desconsiderando a questão cambial não houve alterações substanciais no montante de passivo reconhecido.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o Passivo Não Circulante era de R\$ 16.455,6 milhões, em comparação com R\$ 14.804,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Líquido, o Passivo Não Circulante representava 41,7% em 31 de dezembro de 2017 e 38,9% em 31 de dezembro de 2016. Esse crescimento de 11,1% decorreu substancialmente em função do aumento em 19% dos Empréstimos e financiamentos que pode ser explicado basicamente pela emissão de US\$ 750 milhões em títulos de dívida com uma taxa de juros (cupom) de 5,4% com vencimento em 2027.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Líquido era de R\$ 13.834,6, milhões, em comparação com R\$ 12.844,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação, de 7,7%, ocorreu principalmente em decorrência dos Lucros acumulados e do Ajuste de avaliação patrimonial ocorridos no ano.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Circulante era de R\$ 22.102,1 milhões, em comparação com R\$ 25.035,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Circulante representava 58,1% em 31 de dezembro de 2016 e 54,9% em 31 de dezembro de 2015. A variação negativa em 11,7% deste grupo como um todo ocorreu principalmente em função da valorização do Real frente ao Dólar, uma vez que o Dólar é a moeda funcional da Companhia e o Real é a moeda de apresentação. Houve uma variação positiva significativa de 138,0% em investimentos financeiros, isso ocorreu, pois valores que estavam em caixa no ano de 2015 foram investidos em 2016 para melhor rentabilidade. Além disso, investimentos de longo prazo existentes em 2015 estavam mais próximos da data de resgate em 2016, o que justifica a sua reclassificação para o circulante. A conta caixa variou negativamente 52,1%, em função do já citado investimento em aplicações financeiras e também em função de investimento em desenvolvimento de tecnologias, pagamento de multas em processo movido pelo Departamento de Justiça Americano (DOJ) referente ao FCPA e pelo pagamento de funcionários que aderiram ao programa de demissão voluntária (PDV). Desconsiderando as variações em função de moeda, não houve variações substanciais no ativo circulante, o que se reflete no fato de que afora as reclassificações para o circulante mencionadas acima não houve grande variação no quanto o ativo circulante representa em relação ao total do ativo.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Não Circulante era de R\$ 15.914,5 milhões, em comparação com R\$ 20.531,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Ativo, o Ativo Não Circulante representava 41,9% em 31 de dezembro de 2016 e 45,1% em 31 de dezembro de 2015. Houve queda neste grupo em 22,5% principalmente em função da valorização do real frente ao dólar ocorrida no período. Além disso, investimentos financeiros de longo prazo foram reclassificados para o ativo circulante por estarem mais próximos de seu prazo de resgate. Esta reclassificação representou 81,3% da conta de investimentos financeiros. Houve também reclassificação de contas a receber vinculadas para o circulante, representando movimento negativo de 52,4% nesta conta. Desconsiderando as variações em função de moeda, não houve variações substanciais no ativo não circulante, o que se

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

reflete no fato de que afora as reclassificações para o circulante mencionadas acima não houve grande variação no quanto o ativo não circulante representa em relação ao total do ativo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Passivo Circulante era de R\$ 10.367,2 milhões, em comparação com R\$ 12.029,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante representava 27,3% em 31 de dezembro de 2016 e 26,4% em 31 de dezembro de 2015. A queda de 13,8% ocorrida no período se deu basicamente em função da valorização do Real em relação ao Dólar. Desconsiderando a questão cambial não houve alterações substanciais no montante de passivo reconhecido, sendo que o mais relevante foram reclassificações do passivo não circulante para o circulante de empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar em função de aproximação dos prazos de pagamento.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o Passivo Não Circulante era de R\$ 14.804,6 milhões, em comparação com R\$ 18.529,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Não Circulante representava 38,9% em 31 de dezembro de 2016 e 40,7% em 31 de dezembro de 2015. Essa queda de 20,1% decorreu substancialmente em função da valorização do real no período. Desconsiderando a questão cambial, houve reclassificações de empréstimos e financiamentos para o circulante, em função da aproximação dos prazos de pagamento.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Líquido era de R\$ 12.844,9 milhões, em comparação com R\$ 15.008,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação, de 14,4%, ocorreu principalmente em decorrência da valorização do Real frente ao Dólar ocorrida no período. Desconsiderando a questão cambial, houve um aumento no Patrimônio Líquido decorrente da lucratividade da operação em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Resultado**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016	AH 2016 x 2015
Receitas Líquidas	18.713.045	100,0%	21.435.696	100,0%	20.301.771	100,0%	(12,7)%	5,6%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(15.291.675)	(81,7)%	(17.166.104)	(80,1)%	(16.545.358)	(81,5)%	(10,9)%	3,8%
Lucro Bruto	3.421.370	18,3%	4.269.592	19,9%	3.756.413	18,5%	(19,9)%	13,7%
Receitas (Despesas) Operacionais								
Administrativas	(572.683)	(3,1)%	(574.129)	(2,7)%	(609.223)	(3,0)%	(0,3)%	(5,8)%
Comerciais	(981.608)	(5,2)%	(1.289.043)	(6,0)%	(1.206.620)	(5,9)%	(23,8)%	6,8%
Pesquisas	(157.564)	(0,8)%	(161.989)	(0,8)%	(142.303)	(0,7)%	(2,7)%	13,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(653.923)	(3,5)%	(1.525.684)	(7,1)%	(694.222)	(3,4)%	(57,1)%	119,8%
Equivalência patrimonial	3.992	0,0%	(955)	0,0%	(978)	0,0%	(518,0)%	(2,4)%
Resultado Operacional	1.059.584	5,7%	717.792	3,3%	1.103.067	5,4%	47,6%	(34,9)%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(154.044)	(0,8)%	(172.792)	(0,8)%	(74.915)	(0,4)%	(10,9)%	130,7%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20.783	0,1%	10.821	0,1%	73.740	0,4%	92,1%	(85,3)%
Lucro antes do imposto	926.323	5,0%	555.821	2,6%	1.101.892	5,4%	66,7%	(49,6)%
Imposto de renda e contribuição social	(78.947)	(0,4)%	35.990	0,2%	(820.284)	(4,0)%	(319,4)%	(104,4)%
Lucro líquido do exercício	847.376	4,5%	591.811	2,8%	281.608	1,4%	43,2%	110,2%
Lucro atribuído aos:								
Acionistas da Embraer	795.788	4,3%	585.433	2,7%	241.601	1,2%	35,9%	142,3%
Acionistas não controladores	51.588	0,3%	6.378	0,0%	40.007	0,2%	708,8%	(84,1)%
Média ponderada das ações em circulação no período (em milhares)								
Básico	734.264	3,9%	735.571	3,4%	730.205	3,6%	0,0%	0,7%
Diluído	734.809	3,9%	737.261	3,4%	733.569	3,6%	(0,1)%	0,5%
Lucro por ação								
Básico	1,0838	0,0%	0,7959	0,0%	0,3309	0,0%	35,9%	140,5%
Diluído	1,0830	0,0%	0,7941	0,0%	0,3294	0,0%	36,1%	141,1%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**Receita Líquida**

Em 2017, a Embraer entregou 101 aeronaves comerciais e 109 executivas (72 jatos leves e 37 jatos grandes). Isso se compara a um total de 108 aeronaves comerciais e 117 executivas (73 jatos leves e 44 jatos grandes) entregues em 2016.

Essa queda do número de entregas em 2017, aliada à valorização do Real ocorrida no período, gerou receita líquida de R\$ 18.713,0 milhões, em linha com as estimativas da Empresa, porém 13% menor que os R\$ 21.435,7 milhões de 2016.

Em 2017, a receita líquida para o negócio de Aviação Comercial atingiu R\$ 10.778,8 milhões, 11% menor que os R\$ 12.149,8 milhões de 2016. O negócio de Aviação Executiva obteve receita de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

4.788,1 milhões em 2017 e ficou 20% menor que os R\$ 5.962,5 milhões do ano anterior. Já a receita líquida do negócio de Defesa & Segurança foi de R\$ 3.044,7 milhões, 6% menor que os R\$ 3.228,5 milhões de 2016. Por fim, Outros negócios geraram R\$ 101,4 milhões de receita em 2017, ficando 7% maior que os R\$ 94,9 milhões gerados em 2016.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Em 2017, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R\$ 15.291,7 milhões e significou uma redução de 11% em relação aos R\$ 17.166,1 milhões de 2016. Essa redução ocorreu basicamente em função da valorização do Real no período e do menor número de entregas no período. Entretanto, houve um aumento nos custos do segmento de Defesa & Segurança que impactaram o lucro bruto e a margem bruta.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Em função do exposto acima, em 2017 o lucro bruto da Companhia atingiu R\$ 3.421,3 milhões e ficou 20% menor que os R\$ 4.269,6 milhões apurados em 2016. A margem bruta do período ficou em 18,3%, abaixo dos 19,9% do período anterior.

Despesas administrativas e Comerciais

Em 2017, as despesas administrativas ficaram estáveis e totalizaram R\$ 572,7 milhões, representando 3% da receita de 2017.

No ano, as despesas comerciais ficaram em R\$ 981,6 milhões e tiveram queda de 24% em relação aos R\$ 1.289,0 milhões do ano anterior, principalmente em função do menor número de entregas ocorrido no período.

Despesas de pesquisa

As despesas com pesquisa totalizaram R\$ 157,6 milhões em 2017, comparadas aos R\$ 162,0 milhões de 2016, e ficaram dentro das estimativas iniciais da Companhia, cumprindo todos os objetivos estabelecidos para o período.

Outras receitas (despesas) operacionais

A conta Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizou despesa de R\$ 653,9 milhões no ano, caindo 57% em relação aos R\$ 1.525,7 milhões de 2016, principalmente pelo impacto das provisões relacionadas ao encerramento da investigação do FCPA e do programa de demissão voluntária (PDV) ocorridas naquele ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Operacional

Em 2017, o resultado e a margem operacional (EBIT) foram de R\$ 1.059,5 milhões e 5,7%, respectivamente, comparados aos R\$ 717,8 milhões e 3,3%, respectivamente, em 2016, porém abaixo das estimativas iniciais da Empresa. Os maiores contribuintes para que a estimativa inicial da Empresa não fosse alcançada foram os ajustes decorrentes dos itens não recorrentes provenientes da finalização da investigação do FCPA que representou R\$ (33,0) milhões do Programa de Demissões Voluntárias (PDV) com R\$ (19,8) milhões, o processo de falência da Republic Airways com R\$ 38,6 milhões e o aumento das despesas relacionadas ao *impairment* de aeronaves usadas no portfólio da Companhia de R\$ 207,3 milhões. Além disso, o aumento dos custos no segmento de Defesa & Segurança atrelados ao programa de desenvolvimento da aeronave KC-390 também tiveram impacto no resultado operacional.

Lucro líquido do exercício

Em 2017, o Lucro líquido total foi de R\$ 795,8 milhões e o Lucro por ação ficou em R\$ 1,0838, comparados ao Lucro líquido de R\$ 585,4 milhões e ao Lucro por ação de R\$ 0,7959 de 2016. O Lucro líquido ajustado, excluído do Imposto de renda e contribuição social diferidos e também do impacto líquido, após imposto dos itens não recorrentes descritos anteriormente, foi de R\$ 738,5 milhões em 2017 e de R\$ 969,4 milhões em 2016. O Lucro por ação excluindo-se esses mesmos itens foi de R\$ 1,0058 em 2017, ante o R\$ 1,3179 apresentado em 2016.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Receita Líquida

Em 2016, a Embraer entregou 108 aeronaves comerciais e 117 executivas (73 jatos leves e 44 jatos grandes). Isso se compara a um total de 101 aeronaves comerciais e 120 executivas (82 jatos leves e 38 jatos grandes) entregues em 2015.

Esse aumento do número de entregas em 2016, com crescimento das entregas de aeronaves de maior valor agregado como o E-175, o E-190 e os Legacys 450 e 500, assim como o crescimento de 20% da receita do segmento de Defesa & Segurança, impactaram positivamente a receita líquida que ficou em R\$ 21.435,7 milhões, 5,6% maior que os R\$ 20.301,8 milhões de 2015.

A receita líquida do segmento de Aviação Comercial cresceu 7% em 2016 (em 2016, foi de R\$ 12.149,8 milhões, comparados aos R\$ 11.348,9 milhões em 2015). No segmento de Aviação Executiva a receita líquida teve queda de 2% em 2016 registrando R\$ 5.962,5 milhões comparados aos R\$ 6.090,9 milhões em 2015. A receita líquida do segmento de Defesa & Segurança teve crescimento de 20%, passando de R\$ 2.695,4 milhões em 2015 para R\$ 3.228,5 milhões em 2016. Outros negócios geraram R\$ 94,9 milhões de receita em 2016, ficando 43% menor que os R\$ 166,5 milhões gerados em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Em 2016, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R\$ 17.166,1 milhões e significou um crescimento de 4% em relação aos R\$ 16.545,4 milhões de 2015. Esse aumento se deu principalmente em função da desvalorização do Real no período e do maior número de entregas no período.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Em 2016, o lucro bruto da Companhia atingiu R\$ 4.269,6 milhões e ficou 14% maior que os R\$ 3.756,4 milhões apurados em 2015. Além dos motivos expostos acima, o aumento de 6% na receita líquida da Companhia também foi preponderante para esse crescimento. Como consequência, a margem bruta do período alcançou 19,9% e ficou também acima dos 18,5% registrados no ano anterior.

Despesas administrativas e Comerciais

Em 2016, as despesas administrativas caíram 5,8% e totalizaram R\$ 574,1 milhões, representando 2,7% da receita de 2016. Essa queda pode ser explicada pelo início do impacto das iniciativas de redução de custos em curso na Companhia. Em 2016, as despesas comerciais tiveram crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior e subiram de R\$ 1.206,6 milhões para R\$ 1.289,0 milhões.

Despesas de pesquisa

As despesas com pesquisa totalizaram R\$ 161,9 milhões em 2016, crescimento de 13,8% e ficaram dentro das estimativas iniciais da Companhia, cumprindo todos os objetivos estabelecidos para o período.

Outras receitas (despesas) operacionais

A conta Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizou despesa de R\$ 1.525,7 milhões em 2016 comparada a despesa de R\$ 694,4 milhões em 2015. Esse aumento foi impactado principalmente pelo reconhecimento de R\$ 778,1 milhões (US\$ 228,0 milhões) em provisões relacionadas ao encerramento da investigação do FCPA e pelo reconhecimento de R\$ 379,6 milhões do programa de demissão voluntária (PDV), assim como pelas despesas de redução do valor recuperável dos ativos (*impairment*) na carteira de aeronaves usadas da Embraer.

Resultado Operacional

Em 2016, o lucro e a margem operacional (EBIT) foram de R\$ 717,8 milhões e 3,3%, respectivamente, comparados aos R\$ 1.103,1 milhões e 5,4%, respectivamente, em 2015. Apesar do maior número de entregas de aeronaves na Aviação Comercial, aliado ao aumento das entregas dos Legacy 450 e 500 e ao crescimento da receita e da rentabilidade do negócio de Defesa & Segurança, as provisões citadas acima foram decisivas nessa queda do lucro operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Lucro líquido do exercício**

Em 2016, o Lucro líquido total foi de R\$ 585,4 milhões e o Lucro por ação ficou em R\$ 0,7959 comparados ao Lucro líquido de R\$ 241,6 milhões e ao Lucro por ação de R\$ 0,3309 de 2015.

O Lucro líquido ajustado, excluído do Imposto de renda e Contribuição social diferidos e também do impacto líquido, após imposto dos itens não recorrentes descritos anteriormente, foi de R\$ 964,9 milhões em 2016 e de R\$ 879,4 milhões em 2015. O Lucro por ação excluindo-se esses mesmos itens foi de R\$ 1,3179 em 2016, ante o R\$ 1,2043 apresentado em 2015.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício	847.376	591.811	281.608	43,2%	110,2%
Itens que não afetam o caixa					
Depreciações	626.999	674.551	536.592	(7,0)%	25,7%
Amortização subsídios governamentais	(10.652)	(10.436)	-	2,1%	-
Amortizações	469.258	601.391	536.726	(22,0)%	12,0%
Amortização de contribuição de parceiros	(87.647)	(132.257)	(116.432)	(33,7)%	13,6%
Perda (reversão) por obsolescência dos estoques	37.275	(75.983)	19.508	(149,1)%	(489,5)%
Perda (reversão) por ajuste valor de mercado, estoque e imobilizado	359.765	284.703	83.289	26,4%	241,8%
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(10.614)	37.585	26.794	(153,5)%	40,3%
Perdas na alienação de ativo permanente	60.107	66.508	170.584	(9,6)%	(61,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(53.760)	(529.067)	380.037	(89,8)%	(239,2)%
Juros sobre empréstimos	(101.219)	(33.265)	107.668	(160,7)%	(130,9)%
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(75.617)	(175.268)	(28.272)	(56,9)%	519,9%
Equivalência patrimonial	(3.992)	955	978	(518,0)%	(2,4)%
Remuneração em ações	1.645	4.799	7.876	(65,7)%	(39,1)%
Variação monetária e cambial	19.353	(40.745)	(93.212)	(147,5)%	(56,3)%
Marcação a mercado das garantias de valor residual	(41.908)	90.104	(374)	(146,5)%	(24.192,0)%
	-	231.601	-	-	-
Plano de demissão voluntária	19.699	88.878	-	(77,8)%	-
Outros	(13.744)	(5.162)	(7.600)	-166,3%	(32,0)%
Variação nos ativos					
Investimentos financeiros	(750.060)	(1.122.991)	(194.954)	(33,2)%	476,0%
Instrumentos financeiros derivativos	(4.915)	(80.265)	(2.732)	(93,9)%	2.838,0%
Contas a receber e contas a receber vinculadas	(261.146)	518.724	(263.006)	(150,3)%	(297,2)%
Financiamento a clientes	66.820	74.843	38.861	(10,7)%	92,6%
Estoques	1.342.313	(656.664)	839.030	(285,9)%	(178,3)%
Outros ativos	795.845	351.658	(653.815)	126,3%	(153,8)%
Variação nos passivos					
Fornecedores	(403.422)	(344.864)	354.906	17,0%	(197,2)%
Dívida com e sem direito de regresso	(32.356)	(36.462)	(55.262)	(11,3)%	(34,0)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Contas a pagar	(57.209)	(102.568)	(246.646)	(75,3)%	(58,4)%
Contribuição de parceiros	268.905	448.114	459.361	(40,0)%	(2,4)%
Adiantamentos de clientes	209.034	(321.027)	502.195	(165,1)%	(163,9)%
Impostos a recolher	66.525	(540.389)	258.088	(112,3)%	(309,4)%
Garantias financeiras	(129.753)	(294.281)	226.122	(55,9)%	(230,1)%
Provisões diversas	(151.768)	165.379	78.209	(191,8)%	111,5%
Receitas diferidas	(516.445)	(38.928)	386.636	1226,7%	(110,1)%
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	2.505.920	(309.018)	3.632.763	911,3%	-108,5%
Atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado	(762.836)	(1.352.262)	(1.141.230)	(43,6)%	18,5%
Baixa de imobilizado	59.962	9.680	157.712	519,4%	(93,9)%
Adições ao intangível	(1.502.921)	(1.751.692)	(1.452.595)	(14,2)%	20,6%
Adições investimentos em subsidiárias e coligadas	(1.984)	(9.183)	(4.725)	(78,4)%	94,3%
Investimentos mantidos até o vencimento	(1.274.061)	(249.096)	(2.732.661)	411,5%	(90,9)%
Empréstimos concedidos	-	-47.494	-	(100,0)%	-
Dividendos recebidos	311	292	-	6,5%	-
Caixa restrito para construção de ativos	3.019	17.567	16.367	(82,8)%	7,3%
Caixa usado nas atividades de investimento	(3.478.510)	(3.382.188)	(5.157.132)	2,8%	(34,4)%
Atividades de financiamento					
Novos financiamentos obtidos	3.036.788	1.945.078	5.543.698	56,1%	(64,9)%
Financiamentos pagos	(1.730.456)	(1.777.122)	(1.497.654)	(2,6)%	18,7%
Dividendos e juros sobre capital próprio	(173.040)	(99.801)	(182.363)	73,4%	(45,3)%
Recebimento de opções de ações exercidas	19.060	6.493	23.477	193,5%	(72,3)%
Aquisição de ações próprias	(48.395)	(59.997)	-	(19,3)%	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	1.103.954	14.651	3.887.158	7435,0%	(99,6)%
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa	131.364	-3.676.555	2.362.789	(103,6)%	(255,6)%
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	26.170	(733.031)	1.542.782	(103,4)%	(147,5)%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.046.185	8.455.771	4.550.200	(52,1)%	85,8%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.203.719	4.046.185	8.455.771	3,9%	(52,1)%

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 4.203,7 milhões, R\$ 4.046,2 milhões e R\$ 8.455,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 respectivamente, conforme análise a seguir:

Caixa líquido das atividades operacionais

Em 2017, a geração de caixa operacional foi de R\$ 2.505,9 milhões com crescimento expressivo de 911,3% em relação ao consumo de caixa operacional de R\$ 309,0 milhões de 2016, decorrente da diminuição do saldo de estoques na comparação entre os anos. Além disso, essa melhora no caixa decorre de um lucro líquido maior, excluindo-se os efeitos no lucro contábil que não afetaram o caixa.

A geração de caixa operacional em 2016 teve uma redução de 108,5% em relação a 2015. Esta redução tem origem principalmente no modelo de investimentos financeiros feitos pela Companhia em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neste ano, parte dos investimentos classificados como ao valor justo por meio do resultado ou mantido para venda (atividades operacionais) foram investidos em novas aplicações classificadas como mantido até vencimento (atividades de financiamento). Além disso, houve uma redução nos adiantamentos de clientes no período, substancial consumo de caixa na aquisição de estoques, assim como um grande volume de pagamentos efetuados a fornecedores, e cobertura de garantias financeiras que geraram desembolso por parte da Companhia referente à recuperação judicial da Republic Airways.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Em 2017, o caixa usado nas atividades de investimento permaneceram praticamente estáveis em relação a 2016. As principais variações entre os anos ocorreu em relação à diminuição de 43,6% nas aquisições de imobilizado e de 14,2% nas adições ao intangível. Em ambos os casos, o principal motivo foi o avançamento do programa de desenvolvimento da segunda geração dos E-Jets, o E2, que entra agora em fase final e consequentemente irá requerer menores disponibilidades de caixa. Outra importante variação foi em relação aos investimentos mantidos até o vencimento que tiveram 411,5% de aumento em 2017. Essa variação ocorreu principalmente devido ao maior investimento em títulos de curto prazo (mantidos até o vencimento).

Em 2016, tivemos uma redução de 34,4% no uso de caixa nas atividades de investimento, explicada principalmente pela movimentação entre os investimentos financeiros de curto prazo (marcados a mercado e disponíveis para venda e que afetam caixa operacional) e os de longo prazo (mantidos até o vencimento e que afetam as atividades de investimento), outros itens mantiveram-se estáveis, com destaque para o consumo maior de caixa com ativos intangíveis e imobilizado em função do projeto das aeronaves E-Jets E2.

O uso de caixa aplicado nas atividades de investimento teve um aumento significativo durante 2015, explicado pelo aumento nas adições ao intangível, com o avanço no desenvolvimento do projeto E2 na aviação comercial e a finalização dos projetos da aviação executiva, com o Legacy 450 e 500. Em 2015, também tivemos aumento de Títulos e Valores Mobiliários, referente a emissão dos *bonds* em 2015, que foi contabilizada em parte como investimento financeiro de longo prazo no balanço e refletido no fluxo de caixa como atividade de investimento.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O volume de caixa gerado nas atividades de financiamento em 2017 foi influenciado principalmente pela emissão de US\$ 750 milhões em títulos de dívida (*Bonds*) efetuados pela Companhia para propósitos corporativos gerais.

Em 2016, houve uma readequação ao fluxo normal de geração de caixa, com pagamentos e entradas de caixa em função de financiamentos equilibrados, mas em 2015 o volume de caixa gerado nas atividades de financiamento também foi atípico, em função da emissão de títulos de dívida (*Bonds*) efetuados pela Companhia naquele ano.

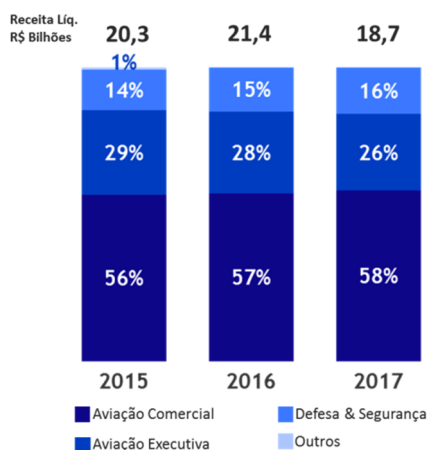
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) **Resultados das operações do emissor, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.**

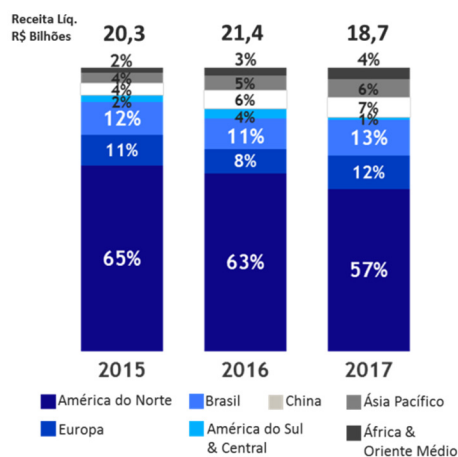
Os principais componentes que afetam a receita da Companhia são (1) volume de entregas de aeronaves comerciais e executivas; (2) *mix* de entregas entre jatos pequenos e grandes da aviação comercial e aviação executiva; (3) variação cambial, tendo o dólar norte-americano como a moeda funcional da Companhia; (4) receitas de serviços, referentes a serviços de manutenção, fornecimento de peças, treinamento, etc, os quais também tem uma contribuição importante sobre a receita da Companhia; (5) a entrada em serviço de novos produtos.

Os gráficos abaixo demonstram a receita total da Companhia dividida por unidade de negócio e por região geográfica. É possível notar que o segmento de Aviação Comercial responde pela maior parte da receita da Companhia, seguido da Aviação Executiva, Defesa & Segurança e Outros. Sob o ponto de vista geográfico, a participação da receita na América do Norte teve uma pequena queda ao longo dos últimos três anos, mas manteve-se como principal mercado consumidor dos produtos e serviços da Empresa, em especial os jatos comerciais E175, resultado do sucesso das diversas campanhas de venda ocorridas nos Estados Unidos nos últimos cinco anos, onde a Empresa capturou cerca de 90% de todos os pedidos de jatos de 76 assentos.

Receita por Segmento



Receita por Região



Em 2017, o resultado e a margem operacional ajustados (EBIT) foram de R\$ 1.280,9 milhões (US\$ 397,1 milhões) e 6,8%, respectivamente, e ficaram abaixo das estimativas iniciais da Empresa. O maior contribuinte para essa queda foi o aumento de custos no segmento de Defesa & Segurança atrelados ao programa de desenvolvimento da aeronave KC-390.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em 2017, a Embraer entregou 210 aeronaves, quantidade inferior às 225 aeronaves entregues no ano anterior, que aliado à valorização de 8% do Real no período, gerou receita líquida de R\$ 18.713,0 milhões, em linha com as estimativas da Empresa, porém 13% menor que os R\$ 21.435,7 milhões de 2016.

Em 2017, a receita líquida para o negócio de Aviação Comercial atingiu R\$ 10.778,8 milhões, 11% menor que os R\$ 12.149,8 milhões de 2016. Essa queda é decorrente da valorização do Real no período e também da diminuição das entregas do segmento que foram de 108 aeronaves em 2016 para 101 aeronaves em 2017. A proporção de entregas dos jatos menores (E170 e E175) foi de 78% em comparação às entregas de jatos maiores (E190 e E195) que foi de 22% do total.

O negócio de Aviação Executiva obteve receita de R\$ 4.788,1 milhões em 2017 e ficou 20% menor que os R\$ 5.962,5 milhões do ano anterior. Nesse caso, os contribuintes foram os mesmos: o menor número de entregas em 2017 que foi de 109 jatos (72 jatos leves e 37 jatos grandes) em relação aos 117 jatos (73 jatos leves e 44 jatos grandes) entregues em 2016, além da valorização do Real durante o ano.

A receita líquida do negócio de Defesa & Segurança foi de R\$ 3.044,7 milhões, 6% menor que os R\$ 3.228,5 milhões de 2016 e que teve como principal fator de queda a valorização do Real ocorrida no período.

Outros negócios geraram R\$ 101,4 milhões de receita em 2017, ficando 7% maior que os R\$ 94,9 milhões gerados em 2016.

A receita líquida do segmento de Aviação Comercial cresceu 7% em 2016 (em 2015, foi de R\$ 12.149,8 milhões, comparados aos R\$ 11.348,9 milhões em 2015), com um incremento das entregas de aeronaves comerciais de 101 em 2015 para 108 em 2016, seu maior volume nos últimos sete anos. A composição das entregas desse segmento se manteve estável, com uma proporção de 83% de jatos menores (E170 e E175) em relação aos modelos maiores (E190 e E195).

A receita líquida do segmento de Aviação Executiva teve queda de 2% em 2016 registrando R\$ 5.962,5 milhões comparados aos R\$ 6.090,9 milhões em 2015. O menor volume de receitas se justifica pela queda do número de jatos executivos entregues em 2016. No ano de 2016, foram entregues 117 aeronaves (73 jatos leves e 44 jatos grandes), enquanto que em 2015 houve a entrega de 120 aeronaves (82 jatos leves e 38 jatos grandes). Apesar de a Companhia ter entregado 44 jatos grandes (correspondente a 38% do total de jatos entregues) em 2016, número superior aos 38 jatos grandes (correspondente a 32% do total) entregues em 2015, a situação de alta competitividade e alto nível de estoque de produtos usados e novos do mercado de aviação executiva, tem pressionado os preços e as margens desse segmento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita líquida do segmento de Defesa & Segurança teve crescimento de 20%, passando de R\$ 2.695,4 milhões em 2015 para R\$ 3.228,5 milhões em 2016. O principal contribuinte para o aumento da receita líquida em comparação ao ano anterior foi a valorização de 17% do real, dado que grande parte da receita desse segmento é denominada nessa moeda. Em 2016, a Companhia manteve sua estratégia de prospecção de novos clientes no mercado internacional e manutenção do foco em quatro programas principais: LAS / Super Tucano, para a Força Aérea dos Estados Unidos, o cargueiro KC-390, para a Força Aérea Brasileira, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Brasileiro (SGDC) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), para o Exército Brasileiro.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Considerando que a moeda funcional definida pela Companhia é o dólar norte americano, o resultado financeiro de variação cambial apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia refere-se basicamente aos itens monetários em moedas diferentes do dólar norte americano. Como estratégia para mitigação de risco, a alocação do caixa em ativos denominados em reais ou dólares norte americano da Embraer é uma das principais ferramentas para proteger contra as variações da taxa de câmbio.

Tendo em vista que a Companhia faz emissões de dívidas no exterior conforme descritas no item 10.1(i) deste Formulário de Referência e mantém o caixa principalmente em dólar norte americano, a variação da taxa de câmbio influencia diretamente no resultado financeiro, porém não traz risco no planejamento financeiro da Companhia, dado que a moeda funcional é o dólar norte americano.

A taxa de juros afeta o resultado financeiro da Embraer, visto que, por ser uma empresa com atuação global mantém seu caixa composto principalmente por dólares norte americano e em menor parte também em reais. Um aumento ou queda na taxa de juros locais também influencia nas receitas financeiras da Companhia. Em 2017, o volume aplicado em Reais foi de R\$ 2.434.610 mil. Em 2016, esse volume foi de R\$ 3.693.885 mil e em 2015 foi de R\$ 3.758.322 mil. As aplicações no exterior são atreladas a uma taxa pré-fixada e considerando que as taxas de juros mantiveram-se estáveis e relativamente baixas no período não provocaram variações significativas no resultado financeiro.

Nos últimos três anos não houve impacto de variação de preços dos principais insumos e produtos sobre o resultado operacional e/ou financeiro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Em 20 de dezembro de 2016, a Embraer anunciou a criação de uma unidade de negócios voltada para serviços e atendimento ao cliente, reunindo recursos que se espalharam em diferentes áreas de negócios e sendo responsável pelo desenvolvimento de soluções em suporte de produtos e serviços atuais e novos, assim como gerenciar os processos e recursos associados. Isso representa uma oportunidade para obter maior eficiência operacional e receitas recorrentes. Atualmente, existem aproximadamente 2.400 aeronaves comerciais da Embraer e mais de 1.100 jatos executivos da Embraer, bem como mais de 900 aeronaves de defesa em operação. Nos próximos 20 anos, esperamos que cerca de 6.400 jatos novos sejam colocados em serviço (jatos até 150 lugares). Na aviação executiva, algumas previsões indicam que pode haver mais de 7.500 novos jatos colocados em serviço na próxima década, sem contar a comercialização da frota pré-existente. Durante o ano de 2017, a nova unidade de negócios consolidou os serviços e os processos de suporte ao cliente anteriormente atribuídos a cada uma das nossas áreas de negócios, a fim de identificar sinergias e quantificar nossa experiência em nossas unidades de Aviação Comercial, Jatos Executivos, Defesa e Segurança e aviação agrícola em relação aos serviços e suporte.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 21 de dezembro de 2017, a Embraer S.A. conjuntamente com a Boeing, confirmaram que as duas companhias encontram-se em tratativas em relação a uma potencial combinação de seus negócios, em bases que ainda estão sendo discutidas. Não há garantia de que qualquer transação resultará dessas discussões. Boeing e Embraer não pretendem fazer comentários adicionais sobre essas discussões. Qualquer transação estará sujeita à aprovação do Governo Brasileiro e dos órgãos reguladores, dos conselhos de administração das duas companhias e dos acionistas da Embraer.

Não temos como mensurar os possíveis efeitos que tenham causado ou se esperam causar nas demonstrações financeiras da Embraer e seus resultados.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não tivemos eventos ou operações não usuais significativas durante o ano de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social corrente e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve qualquer efeito significativo decorrente de mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente em virtude da alteração da política contábil para subvenções governamentais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2017, 2016 e 2015**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não continham qualquer ressalva ou parágrafo de ênfase.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia tem a necessidade de utilizar estimativas para mensuração em certas operações. O uso de uma estimativa está sempre associado ao julgamento e percepções subjetivas, motivo pelo qual a companhia identifica as suas principais estimativas em suas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende o impacto que certas variáveis e premissas utilizadas em suas estimativas poderiam causar em suas demonstrações financeiras, e neste sentido, destaca as políticas consideradas como críticas nos parágrafos abaixo.

Receita das vendas

No segmento de Defesa & Segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento e construção de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC (*Percentage of Completion*), utilizando o custo incorrido ou avanço físico como referência para mensuração da receita. Para os contratos mensurados pelo custo incorrido, é definida uma margem no início do contrato que é aplicada sobre o custo para o reconhecimento da receita. Na proporção em que o contrato é executado, avalia-se os custos incorridos e caso seja identificada a necessidade, a margem é reajustada para refletir as variações ocorridas no custo em relação ao custo projetado para todo o projeto e aplicada aos custos já incorridos para ajuste da receita. A Administração da Companhia entende que uma projeção inadequada dos custos destes contratos pode causar distorções na mensuração das respectivas receitas

Garantias de valor residual

As garantias de valor residual concedidas na venda de aeronaves novas poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos. As garantias de valor residual podem ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo futuro utilizado é estimado por meio de avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário. A Administração da Companhia considera que a avaliação de um terceiro capacitado, além de representar uma fonte independente, é a melhor forma de estimar as eventuais exposições com as garantias de valor residual.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

O teste de *impairment* utiliza o plano estratégico da Companhia para períodos futuros de médio e longo prazo trazidos a valor presente pela taxa WACC (*Weighted Average Capital Cost*-Custo Médio Ponderado do Capital), compatível com o mercado e que reflete a expectativa de retorno dos investidores. Ao elaborar ou usar estas informações, a Companhia faz uso de estimativas conforme segue:

- (a) **Fluxo de caixa esperado bruto** - a Administração projetou entradas e saídas de caixa com base no seu desempenho passado, considerando suas expectativas para o desenvolvimento do mercado e estratégia de negócio. Essas projeções também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.
- (b) **Taxas de crescimento** - as taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Companhia, consistente com as previsões incluídas nos relatórios do setor.
- (c) **Taxas de desconto** - é utilizada taxa de desconto WACC que reflete a expectativa de retorno dos investidores no momento em que o cálculo está sendo efetuado. Esta taxa também é comparada com o mercado para validar sua coerência.

As aeronaves mantidas no ativo imobilizado da Companhia, como disponível para arrendamento a terceiros, têm a sua redução ao valor recuperável avaliada pelo valor de venda ou valor em uso. Ou seja, é avaliado o valor justo das mesmas em um mercado ativo e caso o valor contábil registrado seja maior que o valor justo é reconhecida uma redução ao valor recuperável para estas aeronaves.

As estimativas utilizadas para o cálculo de um eventual ajuste de *impairment*, são de maneira geral informações conhecidas da Administração da Companhia, utilizadas para o gerenciamento de suas operações e definição de suas estratégias. Neste sentido, a Administração considera que o teste de *impairment* utiliza informações futuras e produzidas utilizando as melhores estimativas, e portanto, um eventual ajuste de *impairment* seria apurado de forma adequada.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos, valendo-se de premissas baseadas em condições de mercado vigentes ao final de cada data de balanço. A Administração da Companhia entende que os métodos e cálculos utilizados são as mesmas técnicas conhecidas e normalmente utilizadas pelo mercado financeiro, portanto refletem adequadamente o valor justo dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países, onde a determinação da existência de imposto ao final de determinadas operações é incerta. Também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, estas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Administração da Companhia considera que o julgamento aplicado por seus especialistas na determinação destas provisões é adequado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras da Controladora são apurados na moeda funcional (dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários

Benefícios a empregados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias possuem um plano de benefício médico pós-emprego que provê assistência médica para os empregados aposentados. Para identificar a exposição futura deste benefício e consequentemente sua mensuração nas demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias adotam estudos que utilizam premissas que se baseiam em dados estatísticos, muitas vezes observados internamente ou fornecidos por institutos ou entidades dedicados a este tipo de atividade.

Considerando que estes estudos atuariais utilizam premissas como taxa de desconto, taxa de crescimento dos custos médicos, taxa de morbidade (*aging factor*), tábua de mortalidade, probabilidade de aposentadoria e taxa de desligamento, que em sua maioria são apuradas com base em dados estatísticos, a definição de alguma mudança razoavelmente possível é muito subjetiva. Os dados observados internamente são informados pela Administração da Companhia para a consultoria de atuários que aplicam técnicas adequadas para mensuração de seu plano de benefício médico, dessa forma, considera adequada todas as estimativas e cálculos utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Conforme descrito na nota 36 das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2017, em seu curso normal de negócios, a Companhia participa de determinadas operações que não aparecem em seu balanço patrimonial (*off balance sheet*), incluindo obrigações de recompra (*trade-in*), arrendamentos e garantias financeiras, como segue:

Trade in

A Companhia estava sujeita a opções de *trade in* para 11 aeronaves em 31 de dezembro de 2017, 13 aeronaves em 31 de dezembro de 2016 e 31 aeronaves em 31 de dezembro de 2015. Em quaisquer operações de *trade in*, a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser deduzido ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Arrendamento

Os arrendamentos operacionais da Companhia referem-se a equipamentos de telefonia e informática, terrenos e instalações, máquinas, veículos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2017 os valores consolidados totalizavam (em milhares) R\$ 36.449, (R\$ 50.725 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 67.398 em 31 de dezembro de 2016). Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2040.

Os pagamentos dos contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2017 ocorrerão conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Ano	Consolidado
2018	22.035
2019	15.036
2020	11.554
2021	10.416
Após 2021	66.192
Total	125.233

Garantias financeiras

A Companhia concede garantias relacionadas ao financiamento de aeronaves. A garantia é concedida ao agente financeiro e, na hipótese de o cliente não honrar o pagamento do financiamento, a Companhia arca com as primeiras perdas, limitada a um percentual do saldo devedor previamente acordado. Essas garantias não são registradas nos livros da Companhia até que ocorra um evento significativo como a concordata ou o pedido de recuperação judicial de um cliente.

A Companhia possui garantias de valor residual que normalmente asseguram em determinado período que a respectiva aeronave terá um valor residual de mercado do preço original de venda, sujeita a uma limitação (teto). No caso do exercício por um comprador de sua garantia de valor residual, a Companhia arcará com a diferença, se houver, entre o valor residual garantido e o valor de mercado da aeronave quando do referido exercício. Esse acompanhamento é feito mensalmente e se identificada uma exposição, a Companhia constitui uma provisão.

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

<i>(em milhares de reais)</i>	31/12/2017
Valor máximo de garantias financeiras	356.110
Valor máximo de garantia de valor residual	884.510
Exposição mutuamente exclusiva ⁽¹⁾	(96.058)
Provisões e obrigações registradas	(417.242)
Exposição fora do balanço	727.320
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	883.061

⁽¹⁾ Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A seguir, apresentamos informações relacionadas aos itens citados no item 10.6 deste Formulário de Referência, assim como a percepção da Administração quanto a sua eventual ocorrência e efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Trade in

No caso de opções de troca (*trade-in*) a Companhia pode ser obrigada a aceitar trocas, em raras exceções, a preços que podem estar acima do preço de mercado da aeronave no momento da troca, o que resultaria em perdas financeiras para a Companhia. Nesta situação, a perda é calculada apurando a diferença entre o valor de mercado da aeronave usada dada em troca de uma nova e o valor atribuído na negociação com o cliente. A perda é reconhecida como uma dedução na receita de venda da aeronave nova na forma de um desconto comercial. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Arrendamento

Por se tratarem de contratos de arrendamento cuja essência refere-se a um simples arrendamento e cujos ativos não serão adquiridos, os respectivos fluxos de pagamentos não são representados na posição financeira da Companhia, exceto no período no qual o serviço (arrendamento) tenha sido disponibilizado, seguindo o princípio da competência. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento, segundo sua natureza.

Garantias

A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas, que poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos, sendo registrados como uma despesa financeira da Companhia por se tratar de um instrumento derivativo. As garantias de valor residual podem vir a ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas durante o período da garantia concedida. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência de qualquer evento que afete a condição de crédito do financiado ou de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa no momento em que os pagamentos se tornam prováveis e possam ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão contra resultado operacional. Quando um acordo para o pagamento dessas garantias for firmado, os valores assumidos são reclassificados para contas a pagar.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

(b) Natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item 10.6(a) deste Formulário de Referência.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas demonstrações financeiras, vide item 10.6(a) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos nos últimos anos têm se destinado à Aviação Comercial e Executiva, uma vez que os investimentos no segmento de Defesa e Segurança são pagos pelo governo brasileiro que solicita o desenvolvimento dos projetos.

Na Aviação Comercial destaca-se o desenvolvimento do E-2, segunda geração da família E-Jets, composta dos modelos E175-E2, E190-E2 e E195-E2, que foi lançada em junho de 2013, com previsão de entrada em serviço do primeiro modelo E190-E2 para o cliente Wideroe da Noruega, em Abril de 2018. O valor estimado para este investimento é de US\$1,7 bilhão, líquido de contribuição de parceiros.

Na Aviação Executiva, os investimentos nos jatos Legacy 450/500 estão quase concluídos, com um valor total estimado de US\$840 milhões. A primeira entrega do Legacy 500 ocorreu em 2014 e o Legacy 450 entrou em serviço em 2015. Estas duas aeronaves pertencem à categoria de médio porte, cujo projeto foi lançado em 2008.

A Companhia espera investir US\$550 milhões em 2018, dos quais US\$50 milhões serão destinados à pesquisa, US\$300 milhões serão alocados em desenvolvimento de produto, US\$200 milhões serão alocados em CAPEX. A maioria dos investimentos da Companhia estão relacionados com o desenvolvimento da família de jatos comerciais E2. A seguir estão descritos os valores de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Capex da Companhia, nos anos de 2017, 2016 e 2015.

	2017		2016		2015	
US\$ milhões	Projeção	Realizado	Projeção	Realizado	Projeção	Realizado
P&D	450	434	375	429	350	329
Capex	200	176	275	201	300	188
Total	650	610	650	630	650	517

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos consistem principalmente em gastos associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP –

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, e adiantamentos de clientes.

Em 2017, a Companhia efetuou, através de sua subsidiária Embraer Netherlands Finance B.V, a captações US\$750 bilhão através de emissão de Notas garantidas (*guaranteed notes*) para propósitos corporativos gerais.

Em 2016, a Companhia contratou, através da subsidiária Embraer Portugal S.A., o montante de U\$ 200,0 milhões, junto ao banco Santander Totta, para investimento em capital de giro e aquisição de ativo imobilizado.

Em 2015, a Companhia efetuou as seguintes captações: (i) US\$1 bilhão através de emissão de Notas garantidas (*guaranteed notes*) (ii) R\$685 milhões na modalidade de Nota de Crédito à Exportação com objetivo de aplicar na produção de bens para exportação e, (iii) R\$856,2 milhões, referentes aos contratos celebrados com o BNDES no ano de 2013.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve nenhum tipo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciasse materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Com base em seus planos de negócios e no monitoramento do cenário tecnológico mundial, a Embraer define um plano de desenvolvimento tecnológico que visa investigar e desenvolver soluções para os principais desafios que a indústria aeronáutica brasileira deve enfrentar nos próximos anos para o projeto, desenvolvimento, produção e comercialização de aeronaves, a fim de se manter competitiva. Estes esforços de capacitação para aplicação de tecnologias avançadas tornarão as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de serem projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

Com vistas a ampliar o alcance dos resultados e minimizar os riscos dos desenvolvimentos, a estratégia de pesquisa e desenvolvimento pré-competitivo da Companhia é estruturada na forma de

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

um programa que possui como competências essenciais não só a capacidade de gerenciar e executar projetos multidisciplinares, mas também a de manter e coordenar uma rede de parceiros de desenvolvimento, integrando diversas instituições (universidades, institutos de pesquisa, instituições de fomento e empresas).

Em 2017, o total de investimento da Companhia foi de US\$609,3 milhões, sendo US\$384,5 milhões em Desenvolvimento de produto, líquido de contribuição de parceiros, US\$49,2 milhões em Pesquisa e US\$175,6 milhões em CAPEX. É importante mencionar que nesse montante de CAPEX acima descrito foram excluídas despesas relacionadas a equipamentos e imobilizado, que totalizam US\$4,1 milhões, e são principalmente de programas do segmento de Defesa & Segurança. Essas despesas são consideradas nos termos e condições dos seus respectivos contratos e, conseqüentemente, não fazem parte da estimativa de CAPEX da Companhia.

Com a evolução das atividades relacionadas ao desenvolvimento do programa E-Jets E2 que deverão ser totalmente concluídas até 2021, a Embraer espera que os investimentos totais para o ano de 2018 alcancem US\$550 milhões, sendo US\$50 milhões em pesquisas, US\$300 milhões em desenvolvimento de produtos e US\$200 milhões em investimentos de capital (CAPEX). Esses investimentos serão financiados com recursos próprios e com recursos de terceiros.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Recomenda-se que a companhia divulgue, neste item, as informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados para a alocação de recursos para tais despesas.

No ano de 2017, os gastos com publicidade realizados pela companhia, totalizaram aproximadamente R\$100 milhões, dos quais a maior parte refere-se a despesas com feiras e exposições, campanhas publicitárias e outras atividades promocionais. As demandas dessas despesas são solicitadas anualmente pelas áreas de negócios para a aprovação por parte da administração da empresa, de modo a viabilizar os esforços de comercialização dos produtos e serviços.